



Número: **0012115-55.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA (AUTOR)		PAULO ANTONIO COELHO CASTOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO)	
ARUANA SEGUROS S.A. (REU)			
HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
41200688	13/02/2019 15:10	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
41200730	13/02/2019 15:10	<a href="#">MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA (1)</a>	Outros (Documento)
41200782	13/02/2019 15:10	<a href="#">MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA (2)</a>	Outros (Documento)
41251770	14/02/2019 18:21	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
41949168	27/02/2019 18:38	<a href="#">Citação</a>	Citação
41949170	27/02/2019 18:38	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
41949171	27/02/2019 18:38	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
42375407	14/03/2019 09:14	<a href="#">Petição em PDF</a>	Petição em PDF
43009361	27/03/2019 12:11	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
43009535	27/03/2019 12:11	<a href="#">2579108 CONTESTAÇÃO PE</a>	Petição em PDF
43009664	27/03/2019 12:11	<a href="#">LIDER PARTE 1</a>	Procuração
43009852	27/03/2019 12:11	<a href="#">LIDER PARTE 2</a>	Procuração
43290972	02/04/2019 14:28	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
43291020	02/04/2019 14:28	<a href="#">121115-55.2019 MARIA LUCIA-AUSENTE 3X 17B</a>	Aviso de recebimento (AR)
43588247	09/04/2019 11:40	<a href="#">MANIFESTACAO JUNTADA DE GUIA HP</a>	Outros (Petição)
43588281	09/04/2019 11:40	<a href="#">2579108 GUIA CEF</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
43588301	09/04/2019 11:40	<a href="#">2579108 MANIFESTACAO JUNTADA DE GUIA HP</a>	Petição em PDF
43695544	11/04/2019 08:53	<a href="#">Resposta</a>	Resposta

44151 716	23/04/2019 16:01	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
44151 738	23/04/2019 16:01	<a href="#">AR/ SEGURADORA LIDER 17B</a>	Aviso de recebimento (AR)
44741 162	07/05/2019 14:02	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
44741 164	07/05/2019 14:02	<a href="#">Perícia Médica</a>	Outros (Documento)
44847 447	09/05/2019 15:52	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
45077 058	14/05/2019 13:37	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
45077 065	14/05/2019 14:38	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
45209 971	16/05/2019 13:06	<a href="#">Petição</a>	Petição
45390 106	20/05/2019 18:40	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
47758 201	15/07/2019 17:10	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
47930 192	17/07/2019 14:25	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
49825 344	26/08/2019 13:31	<a href="#">JUNTADA DA CONDENAÇÃO</a>	Petição em PDF
49825 347	26/08/2019 13:31	<a href="#">2579108 JUNTADA DA CONDENACAO</a>	Petição em PDF
49825 345	26/08/2019 13:31	<a href="#">2579108 CALCULO ESCRITÓRIO</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
49825 346	26/08/2019 13:31	<a href="#">2579108 GUIA PAGA</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
50403 946	06/09/2019 08:30	<a href="#">Liberação de Alvará</a>	Liberação de Alvará
51687 575	01/10/2019 16:53	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
51767 132	02/10/2019 15:16	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
51767 145	03/10/2019 16:56	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
51913 955	04/10/2019 16:37	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
53903 883	13/11/2019 10:11	<a href="#">CUSTAS FINAIS</a>	Outros (Petição)
53903 886	13/11/2019 10:11	<a href="#">2579108 PET</a>	Petição em PDF
53903 887	13/11/2019 10:11	<a href="#">2579108 COMPROVANTE</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
56633 856	20/01/2020 08:54	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
57610 510	07/02/2020 16:38	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
57666 618	10/02/2020 10:26	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
62503 836	26/05/2020 12:47	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
62503 837	26/05/2020 12:47	<a href="#">fichaCompensacao0012115-55.2019.8.17.2001</a>	Documento da Contadoria
62503 839	26/05/2020 12:51	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
63149 752	08/06/2020 12:39	<a href="#">CUSTAS FINAIS/PE</a>	Outros (Petição)
63149 753	08/06/2020 12:39	<a href="#">2579108-PET -PE</a>	Petição em PDF
63149 754	08/06/2020 12:39	<a href="#">2579108-GUIA+COMP</a>	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE.**

**MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA**, brasileiro(a), solteiro(a), autônomo(a), com RG sob o nº 1.961.944 SDS/PE e CPF nº 225.193.604-10 (doc. 01), residente e domiciliado(a) na Rua Opala Negra, nº 271, Jardim Atlântico, Olinda/PE, CEP: 53060-450 e sem endereço eletrônico (parágrafo 2º do Art. 319 do NCPC), vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seu advogado infra-assinado, com endereço profissional constante no instrumento procuratório em anexo (doc. 02) e com endereço eletrônico paulocastor.adv@gmail.com, com fulcro no artigo 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74, com as alterações advindas da Lei nº 8.441/92, MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, assim como da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, caput do Art. 7º da Lei nº 8.441/92, parágrafo 4º do Art. 46 do NCPC, Súmula 540 do STJ e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DO COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT  
(RITO ORDINÁRIO)**

Contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, 74 – 5º Andar - Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-205, com endereço eletrônico faleconosco@seguradoralider.com.br e **ARUANA SEGUROS S/A**, inscrita no CNPJ n. 07.017.295/0001-58, situada à Av. Dantas Barreto, nº 507, salas 1214/1215, Santo Antonio, Recife/PE, CEP 50.010-921, com endereço eletrônico contato@aruanaseguradora.com.br

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, o(a) Demandante afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86, consoante declaração em anexo (doc. 03).

**DOS FATOS**

**01.** Em primeiro momento, vem o causídico que esta subscreve, declarar e atestar a autenticidade dos documentos acostados à exordial, tudo de acordo com o que preceitua o art. 405 do NCPC.

**02. Maria Lucia Souza De Siqueira**, ora Demandante, foi vítima de acidente de veículo automotor, em 03/02/2017, conforme prova a inclusa certidão de ocorrência policial (doc. 04), sendo que o aludido sinistro o(a) deixou com debilidade permanente dos movimentos do membro inferior direito, consoante ratifica o laudo médico (doc. 05).

**03.** A partir disto, o(a) Demandante solicitou junto às empresas Demandadas, o pagamento do



seguro dpvat, conforme lhe faculta a Lei nº 6.194/74, sendo que as referidas seguradoras adimpliram, em 02/08/2017, apenas o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinqüenta centavos), conforme documento em anexo (doc. 06).

**04.** No tocante ao valor a ser pago, a Lei nº 6.194/74, com as alterações advindas da MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, que regulamenta o referido seguro, prevê em seu art. 3º, alínea “b”, que o valor da indenização por **INVALIDEZ PERMANENTE** é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

**05.** Todavia, de acordo com as alterações promovidas pelos artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º, a invalidez permanente passou a ser classificada como total ou parcial, devendo-se o pagamento da indenização utilizar como parâmetro o critério dos percentuais previstos na Tabela de Danos Pessoais para cada situação.

**06.** Como no laudo médico, restou ali concluído que o(a) Demandante adquiriu **“Debilidade Permanente dos movimentos do membro inferior direito”**, deverá ser aplicado o percentual de **70% (setenta por cento)**, consoante prevê a Tabela já acima citada, sobre o valor total de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme cálculo abaixo.

**R\$ 13.500,00 (indenização máxima) x 70% (Membro Inferior) = R\$ 9.450,00**

**07.** A partir disto, verificando que o valor correto que deveria ter sido pago ao(à) Demandante era do teto máximo da indenização de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinqüenta reais), mas que só foi paga a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinqüenta centavos), resta ainda o montante de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinqüenta centavos), a título de diferença da indenização proveniente do seguro dpvat a ser quitada pelas Demandadas.

#### **DO DIREITO:**

**08.** Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96** - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatorio que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

**09.** No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

#### **Acórdão STJ**



RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL

2000/0142166-2

Fonte

DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. **O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.(grifos nossos)**

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão:Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs.M inistros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

10. Assim sendo, não resta outra alternativa ao(à) autor(a), senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

### **DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, requer o(a) Demandante que Vossa Excelência se digne em:

a) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o(a) Demandante pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;

b) Acatar o pleito do(a) Demandante para a não realização da audiência de conciliação



prévia/mediação, nos termos do parágrafo 5º do Art. 334, uma vez que nesta matéria, as Demandadas não apresentam proposta de acordo.

- c) Determinar as citações das empresas Demandadas para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 335 do NCPC), ofertem resposta aos termos da ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (Art. 344 do NCPC);
- d) Por economia processual e, também em razão do objeto da ação, nomear o perito médico de confiança deste Juízo ou participante do Convênio do Tribunal de Justiça deste Estado, para a avaliação e apuração do grau de invalidez do(a) Demandante em data/local/hora a serem designados por este Juízo;
- e) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação das Demandadas no pagamento do complemento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no importe de **R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, com o acréscimo de juros legais a partir da citação (Súmula 426 do STJ) e correção monetária, pela Tabela ENCOGE, a partir do evento danoso, qual seja, 03/02/2017 (Súmula 580 do STJ);
- f) Condenar as Demandadas ao pagamento dos honorários advocatícios no importe de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da causa;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a inicial.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Pede e espera deferimento.

Recife, 01 de fevereiro de 2019.

**PAULO ANTONIO COELHO CASTOR**  
**OAB/PE Nº 20.832**







Unidade de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica  
 Companhia Estadual de Energia  
 Av. João de Barros, 144, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 51040-000  
 CNPJ 06.940.833/0001-00, Inscrição Estadual 1500000000000000

CLIENTE  
 APOSTOLADO DE GUARARA

CONTRIBUÍDO DA UNIDADE DISTRIBUIDORA  
 1500000000000000

CPF: 028.152.804-10

ENDEREÇO: ATLANTICO  
 13, HETA PE  
 53000-450

CLASSIFICAÇÃO  
 1 - RESIDENCIAL  
 RESIDENCIAL

CONTA CONTRATO MÊS/ANO  
 4011093430 11/2018

DATA DE VENCIMENTO DATA PREVISTA PROXIMA LEITURA  
 17/12/2018 19/12/2018

TOTAL PAGAR (R\$) 155,60

Nº DA NOTA FISCAL Nº DA LEITURA EMISSÃO  
 0000000000000000 18/11/2018

APPROXIMACAO Nº DO CLIENTE Nº DA INSTALACAO  
 18/11/2018 0000000000000000 4005400

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo de Energia Elétrica	104,000000	0,13845527	14,40
Atividade de Bandeira Amarela			1,50
Atividade de Bandeira Vermelha			5,40
Contribuição Provisória Municipal			12,70
Caso de suspensão CDE (NF 03155580) 17/02/18			0,50
<b>TOTAL DA FATURA</b>			<b>34,60</b>

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	FAZETE	CONSUMO (KWh)
00000000	CL	18/11/2018	000000	18/11/2018	000000	31	0,0000		14,40

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	TE	SE	TA
Transmissão	0,00	0,00	0,00



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Maria Joiceia Souza de Siqueira, brasileira, solteira, autônoma, RG: 1.961.944 SD/PE e CPF: 225.193.604-10, residente na Rua Ubaldo Nogueira, N: 273, Jd. Atlântico, Calinda / PE. CEP: 53060-430.

**OUTORGADO:** PAULO ANTÔNIO COELHO CASTOR, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PE sob o nº 20.832 e portador do CPF sob o nº 802.111.353-72, com escritório situado na Rua José de Alencar, nº 44, sala 42, Boa Vista, CEP 50070-030, Recife/PE.

**PODERES:** Pelo presente instrumento de procuração, o(a) Outorgante acima qualificado(a) nomeia e constitui o advogado retro Outorgado a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e de defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, para ingressar com Ação de Indenização por Ato Ilícito, em face de qualquer seguradora integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e revigorado pela Lei nº 8.441/92.

Recife, 05.09.19

Maria Joiceia Souza de Siqueira  
Outorgante



## DECLARAÇÃO

**D E C L A R O**, para os devidos fins, de fato e de direito, nos termos da Lei nº 1.060/50, que sou pobre e que, portanto, não poderei arcar com as custas processuais, sem prejuízos próprios e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Recife (PE), 03 de fevereiro de 2019 .

Paulo Antonio Coelho Castor




$$\frac{1}{2}(\mu_1 + \mu_2) = \mu \neq \frac{1}{2}(\mu_1 + \mu_2)$$

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA N°. 17E0114002791

OUTRAS OCORRÊNCIAS DE TRÂNSITO - Dojozo (Consumado) que aconteceu  
no dia 3/2/2017 às 11:28

NAME: ROBERTA ANN BENTLEY DOB: 22 SEPTEMBER, 1 - 1945 FRAGS: 0  
 CLINICAL/PHYSIOLOGICAL/PSYCHOLOGICAL/BEHAVIORAL  
 (check all that apply) 000 000 000 000

Processo envolvido(s) na ocorrência:  
 CIRCULO PEDIDO / AUTOR AGENTE /  
 MARIA LUCIA SOUZA DE MACHADO / VITIMA

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

## Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA (presente ao plantão) - Sexo Feminino  
LÍDIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA Data de Nascimento: 22/7/1962 Religião: N/A  
INFORMADO / PREENHEBUCO / OBSAUL  
Endereço Residencial: RUA OPALA BELOHORIZONTE, 271 - CEP: 65696-888 - Bairro: FRAGOSO -  
OLINDA/PERNAMBUCO/OBSAUL

DESCONHECIDA (não presente no plantão) - 5x0 Desconhecida/Indeterminada NÃO  
INFORMADO / PENNANGUO / BRASIL

## Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s):

MINERAY PCC 6798 (VEICULO) de propriedade de(a) Sr(a): MARIA LUCIA SOUZA DE  
 SIQUEIRA, que estava em posse de(a) Sr(a): MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA  
 e estava em nome de(a) Sr(a): MOTONETA NAO INFORMADO NAO INFORMADO Estado: apresentando  
 Nao  
 Cor: VERMELHA - Quantidade: (UNIDADE NAO INFORMADA)

## Complemento / Observação



13/02/2017 14:37

Polícia Civil de Pernambuco

INFORMA QUE VINHA GUIANDO O VEICULO SHINERAY NA VIA CITADA, QUANDO  
PASSANDO NUMA LOMBADA CAIU NUM BURACO, E DESBRAPANDO CAIU NO CHAO,  
INFORMA QUE FOI SOCORRIDA POR POPULARES E LEVADO PARA UPA DE OLINDA,  
INFORMA QUE TEVE FRATURAS NO PERNA DIREITA, CONFORME BOLETIM MEDICO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

\* *Maria Siqueira*

MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA  
(VITIMA)

É registrado por ZACARIAS RIBEIRO DA SILVA Matrícula 2211467

*Jeilin*





## UPA 24 HORAS - OLINDA

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 03/02/2017 12:23

Nome Paciente:	MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA
Cód. Paciente:	
Data de Nascimento:	
Sexo:	Feminino
Idade:	59
Senha:	0140
Convênio:	-
Atendimento:	
SAME:	

Período: 03/02/2017 12:42 - 03/02/2017 12:43

HEVERTON CESAR - COREN: 425244 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade:

NÃO URGENTE - VERDE

Cor:

VERDE

Queixa Principal:

RELATA ACIDENTE DE MOTÔ, PACIENTE REFERE DOR EM MID, NG VOMITO E DESMAIO

Observação:

ALERGIA -

Fluxograma sintoma:

TRAUMA

Proeminador(es):

- DOR LEVE (1-3/10)

Especialidade:

ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Acolhido(a) por: HEVERTON CESAR - COREN: 425244 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 03/02/2017 12:43

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: PAULO ANTONIO COELHO CASTOR - 13/02/2019 15:10:17

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021315101744200000040599448>

Número do documento: 19021315101744200000040599448

Num. 41200730 - Pág. 8

Atendimento: 1098300

Data e Hora: 04/02/2017 12:50

Senha da Classificação:

0167

Paciente: 238139 MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA Sexo: FEMININO  
Data do Nascimento: 23/07/1957 Idade: 50 anos Convenio: 2 SUS - PRONTO ATENDIMENTO  
Nome da Mãe: LIDIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA Nome do Pai:  
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA CRM: 1234567  
Endereço: OPALA NEGRA 271 Bairro: FRAGOSO  
Cidade/UF: OLINDA PE Cep: 53060450 Usuário Atendimento: DAYANNELS  
RG (Identidade): Data de Emissão:  
CPF (Cadastro de Pessoa Física): Fone: 81- 55961475  
CRN (Certidão de Registro de Nasc): Data de Emissão CRN:

**RESUMO DE TRATAMENTO**

Peso: \_\_\_\_\_ Altura: \_\_\_\_\_ Temperatura: \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

Queixa Principal

*Dores no LUMBAR*  
*Dores no LUMBAR*  
*Dores no LUMBAR*

Exame Físico

*sem alterações*

Hipótese Diagnóstica

Conduta Terapêutica

Prescrição Médica

Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatório ( ) Residência

Transferido:

Para:

Senha:

Carimbo/Médico



1098300



## U<sup>MA</sup> 24 HORAS - OLINDA

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 04/02/2017 12:43

Nome Paciente:	MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA
Cód. Paciente:	238139
Data de Nascimento:	23/07/1957
Sexo:	Feminino
Idade:	59
Senha:	0167
Convênio:	
Atendimento:	
SAME:	

Período: 04/02/2017 12:45 - 04/02/2017 12:46

EMERLAINE FERREIRA GOMES - COREN: 361601 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade:	URGÊNCIA - AMARELO
Cor:	AMARELO
Queixa Principal:	TRAUMA EM MÍD RENOVAÇÃO
Fluxograma sintoma:	TRAUMA
Discriminador(es):	- DOR MODERADA (4 - 7/10)
Especialidade:	ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Acolhido(a) por: EMERLAINE FERREIRA GOMES - COREN: 361601 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 04/02/2017 12:46

Página 1 de 1

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco



Atendimento: 1098300

Senha da Classificação:

**0167**

Data e Hora: 04/02/2017 12:50

Paciente: 238139 MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA Sexo: FEMININO  
Data do Nascimento: 23/07/1957 Idade: 59 anos Convenio: 2 SUS - PRONTO ATENDIMENTO  
Nome da Mãe: LIDIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA Nome do Pai:  
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA CRM: 1234567  
Endereço: OPALA NEGRA - 271 Bairro: FRAGOSO  
Cidade/UF: OLINDA PE Cep: 53060450 Usuário Atendimento: DAYANNELS  
RG (Identidade): Data de Emissão:  
CPF (Cadastro de Pessoa Física): Fone: 81-86561476  
CRN(Certidão de Registro de Nasc): Data de Emissão CRN:

**RESUMO DE TRATAMENTO**

Peso: \_\_\_\_\_ Altura: \_\_\_\_\_ Temperatura: \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

**Queixa Principal**

*DORES NO LOMBAR*  
*DORES NO LOMBAR*  
*DORES NO LOMBAR*

**Exame Físico**

*MTD TPO CARAC*

**Hipótese Diagnóstico**

**Conduta Terapêutica**

**Prescrição Médica**

Destino: ( ) Encaminhado ao Ambulatório ( ) Residência

Transferido:

Para:

Senha:

Carimbo/Médico



1098300




## UPA 24 HORAS - OLINDA

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 04/02/2017 12:43

	Nome Paciente:	MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA
	Cód. Paciente:	238139
	Data de Nascimento:	23/07/1957
	Sexo:	Feminino
	Idade:	59
	Senha:	0167
	Convênio:	
Atendimento:	SAME:	

Período: 04/02/2017 12:45 - 04/02/2017 12:45

EMERLAINE FERREIRA GOMES - COREN: 361601 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade:

URGÊNCIA - AMARELO

Cor:

AMARELO

Queixa Principal:

TRAUMA EM MID  
RENOVACAO

Fluxograma sintoma:

TRAUMA

Discriminador(es):

- DOR MODERADA (4 - 7/10)

Especialidade:

ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Acolhido(a) por: EMERLAINE FERREIRA GOMES - COREN: 361601 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 04/02/2017 12:46

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



FICHA DE ESCLARECIMENTO

Processo:

GESTÃO DE PESSOAS

CODIGO

FAT.SAM 01

REVISAO

00

INFORMAMOS QUE ESTA FICHA FOI CONFECCIONADA A PARTIR DE DADOS EXTRAIDOS EXCLUSIVAMENTE DO PRONTUÁRIO MÉDICO DO (A) PACIENTE ABAIXO INDETIFICADO (A).

NOME: Maria Lucia Souza de Siqueira

REGISTRO: 736628 DATA DE NASCIMENTO: 23/07/1957

RG: 1961944 ORGÃO EMISSOR: SDS-PE

ENDEREÇO: Rua Opéra Negra N° 273

Indian Freixo - Olinda

NOME DA MÃE: Lidia Alexandra de Siqueira

DATA ADMISSÃO: 04/02/2017 DATA ALTA: 22/02/2017

DATA DO PROCEDIMENTO: 08/02/2017 CID: S82.7

DIAGNÓSTICO: Fratura de Ombro da Punha  
Distal

TRATAMENTO REALIZADO: Tratamento Cirurgico  
de Fratura de tibia distal

MÉDICO: Carlos Candido Filho

CREMEPE: 18336

JABOATÃO DOS GUARARAPES, 08 DE Março DE 2017

André Luiz Adolfo  
Médico  
CRM - PE 20022

MÉDICO



Unidade: ANDRÉ LUIZ ADOLFO MOREIRA DA SILVA  
Data: 08/02/2017  
Hora: 12:27

### Sumário de Admissão e Alta

Nome: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

Identificação: 118812

Sexo: Feminino

Diagnóstico Inicial (Conforme do Laudo Médico):

FRATURA DE OSSOS DA PERNA DIR

CID: S827

Procedimento Solicitado: 0406050508 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DA TÍBIA

Tempo de permanência Previsto:

Procedimento S.O.S. Realizado:

01 Cirurgião: CARLOS ANTONIO ROCHA CANDIDO FILHO

02 1. Auxiliar Cirúrgico: CAIO HENRIQUE BARBOSA

03 2. Auxiliar Cirúrgico:

04 3. Auxiliar Cirúrgico:

05 Demais Auxílios Cirúrgicos:

06 Anestesiologista: RODRIGO JOSÉ FLORIO LUCIANO DA SILVA

07 Clínico:

08 Clínico:

Procedimentos Especiais:

☐ Mudança de Procedimento

☐ Omissão de UTI

☒ Omissão de Acompanhante

☐ Vítima Adulto - RFI

☒ Uso de Prótese Órtese

☐ Uso de Fatores de Coagulação

☐ Uso de Oxigenadores

☐ Nutrição Parenteral

Resumo do Caso: PACIENTE VITIMA DE TRAUMA COM FRATURA DE OSSOS DA PERNA DIREITA E LESÃO DE PELE. SUBMETIDA A CIRURGIA TEMPORÁRIA - FIXADOR EXTERNO - SEM INTERCORRÊNCIAS.

Diagnóstico Principal: S827 - FRATURAS MÚLTIPLAS DA PERNA

Diagnóstico Secundário:

Motivo da Alta:

Data de Internação: 04/02/2017

Data da Alta: 22/02/17

ANDRÉ LUIZ ADOLFO MOREIRA

CRM: 20022

André Luiz Adolfo  
Machado  
CRM - PE 20022





# Laudo para solicitação de autorização de internação

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES
HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO	5356067
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	CNES
HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO	5356067

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE				
Nome do Paciente	Nº Prontuário			
MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA	738928			
Código Nacional do SUS	Data de Nascimento	Sexo	Raça/Cor	Etnia
781004595946493	23/07/1957	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	03 - Parda	0000 - Não Se Aplica
Nome da Mãe	Telefone de contato			
LUCIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA				
Nome Responsável				
LUCIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA				
Endereço (Rua, Nº, Bairro)				
OPALA NEGRA, 271 - FRAGOSO				
Município	IBGE	UF	CEP	
ILINDA	280850	PE	53060450	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
Indícios clínicos e Sinais e Sinais Clínicos			
PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO HÁ 01 DIA COM DOR E DEFORMIDADE EM PERNA DIREITA.			
Condições que justificam a internação			
TTO CIRURGICO			
Exames/Resultados de Provas Diagnósticas			
RAIO X PERNA D			
Classificação Internacional / Código	CID 10 Principal	CID 10 Secundário	CID 10 Causas Associadas
1. FRATURAS DE OSSOS DA PERNA DIREITA			

PROCEDIMENTO SOLICITADO			
Procedimento do Procedimento Solicitado	Código do Procedimento		
PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM ORTOPEDIA	0415826049		
Tipo	Caráter da Internação	Documento	Nº do Documento (CNS/CPP) do Profissional Solicitante/Assistente
	2	( ) CNS ( ) OFF	
Nome do Profissional Solicitante/Assistente	Data da Solicitação	Assinatura e Carimbo (Nº do Registro do Conselho)	
Airley Alves Medeiros RA-22.473	04/02/2017	Airley Alves Medeiros RA-22.473	

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
<input type="checkbox"/> Acidente de Trânsito	CNPJ Seguradora	Nº Bônus	Série
<input type="checkbox"/> Acidente Trabalho Típico	CNPJ Empresa	CAEE da Empresa	CBO
<input type="checkbox"/> Acidente Trabalho Atípico			
Vínculo com a Previdência			
<input type="checkbox"/> Empregado	<input type="checkbox"/> Empregador	<input type="checkbox"/> Autônomo	<input type="checkbox"/> Desempregado
<input type="checkbox"/> Aposentado	<input type="checkbox"/> Não Segurado		

AUTORIZAÇÃO		
Nome do Profissional Autorizador	Cod. Órgão Emissor	Nº da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)
MARIA CECILIA MAC DOWELL		
Documento	Nº do Documento (CNS/CPP) do Profissional Autorizador	
(X) CNS ( ) CPP	2015333568/0007	
Data da Autorização	Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho)	



Assinado eletronicamente por: PAULO ANTONIO COELHO CASTOR - 13/02/2019 15:10:17

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021315101752900000040599500>

Número do documento: 19021315101752900000040599500




## GUIA DE TRANSFERÊNCIA

<b>Identificação do Estabelecimento</b>		<b>DATA DE SOLICITAÇÃO</b> 03/02/17 15:45	
NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE UPA OLINDA		Nº SOLICITAÇÃO 289189	
MÉDICO SOLICITANTE DANTON MARTINS FILHO			
<b>Identificação do Paciente</b>		<b>Nº DO PROFISSIONAL</b>	
NOME DO PACIENTE MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA		SEXO FEMININO	
DATA DE NASCIMENTO 23/07/1957		TELEFONE DE CONTATO	
CIDADE NACIONAL DE NASCIMENTO			
NOME DO PAI DO RESPONSÁVEL LUCIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA			
ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) RUA OPALA NEGRA, 271, FRAGOSO		UF PE	
MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA OLINDA		CEP 53060450	
<b>Dados sobre o Transporte</b>		<b>DATA DE ENVIADO</b> 04/02/17 15:27	
MÉDICO DE TRANSPORTE AMBULÂNCIA			
COMUNICAÇÃO			
OBSERVAÇÃO DE ENVIAMENTO			
<b>Regulador</b>			
MÉDICO REGULADOR MARIA ANGELA LYRA DE QUEIROZ CAMPOS		ESPECIALIDADE ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA	
TIPO LEITO CIRÚRGICO			
<b>Executante</b>		<b>DATA DE AUTORIZAÇÃO</b> 04/02/17 15:24	
HOSPITAL/ESTABELECIMENTO HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO			
MÉDICO AUTORIZADOR			



10

	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AS)</b>	Folha 1/2
<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b>			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		3 - CNES	
HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO		5 3 5 6 0 6 7	
2 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		4 - CNES	
HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO		5 3 5 6 0 6 7	
<b>Identificação do Paciente</b>			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
Marta Souza de Oliveira			
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
9 - NOME DA MÃE DO RESPONSÁVEL		10 - SEXO	
		Masculino [1] Feminino [3]	
11 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		12 - TELEFONE DE CONTATO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - CID - IBS MUNICIPAL	
15 - Nº DO MUNICÍPIO		16 - UF	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)			
<b>MUDANÇA DE PROCEDIMENTO</b>			
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		19 - CID DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		21 - CID DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - ORÇAMENTO FISCAL		23 - CID 18 PRINCIPAL	
		24 - CID 18 SECUNDÁRIO	
		25 - CID 18 CAUSAS INTERCORRENTES	
<b>SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AS)</b>			
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		27 - CID DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
Procedimento de Fixação de Tibia D		10H081015010	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI OU DIÁRIA DE ACOMPAANHANTE			
<input checked="" type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPAANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III			
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		30 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
Fixação externa			
31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		32 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		34 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
35 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO			
PACIENTE TRANSFERIDO PARA NOSSO SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PATOLOGIA ÓSSEA. SOLICITO MATERIAL DE SÍNTESE PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO, SOLICITO AUTORIZAÇÃO PARA ACOMPAANHANTE + PERMANÊNCIA MAIOR. +			
<b>PROFISSIONAL SOLICITANTE</b>			
36 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		37 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
Dra. Marta Lira			
38 - DOCUMENTO		39 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CNPJ) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
<b>AUTORIZAÇÃO</b>			
40 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		41 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
42 - DOCUMENTO		43 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CNPJ) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	

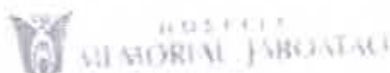
HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO



MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

10  
Agente Estenocardi neste  
hospital com fratura de  
tibia direita, foi realizado  
em 1º tempo o 1º e 2º  
de Fratura fechando de  
tibia D + fixação com  
fixador externo.

Dra. Maria Lira  
Cirurgia Plástica  
CRM 10000





10  
5-289169

Convênio: SUS - INTERNACAO Atendimento: 118612 Nascimento: 23/07/1957  
Responsável: Prontuário: 736928 Sexo: Feminino  
Nome: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA Data e Hora do Atendimento: 04/02/17 30:47:24  
Idade: 55 Anos, 6 Meses e 12 Dias Profissão: Escolaridade:  
CPF: Identidade: 1361944 Telefone:  
Cônjuge: Estado Civil: Cartão SUS: 701004893948493  
Nome da Mãe: LIDIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA Nome do Pai:  
Endereço: OPALA NEGRA, FRAGOSO, CEP: 53060450, Nº 271, OLINDA - PE  
OBSERVAÇÃO:

Unidade de Internação: CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA Enfermaria / Leito: ENF 10 - LEITO 04  
Médico: AIRLEY WENDEL MATIAS ALVES SILVA - CRM: 22473 CID:

#### RESUMO DE INTERNAMENTO

##### HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:

PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO HA 03 DIA COM DOR E DEFORMIDADE EM PERNA DIREITA.

##### ANTECEDENTES PESSOAIS E HEREDITARIOS:

HAS (-), DM (-), NEGA ALERGIAS.

##### EXAME FISICO GERAL:

TGREG, EUPNEICA, AFEBRIL, HIDRATADA

##### AP - CARDIO - VASCULAR:

ROR EM 2T, S/NF, S/S

##### AP - RESPIRATORIO:

MV - EM AHT, S/RA

##### DOENÇAS:

IDH

##### AP - GENITO - URINARIO:

NOV

##### OUTROS:

SEM EDEMAS

##### HIPÓTESE DIAGNOSTICA:

1. FRATURA DE OSSOS DA PERNA DIREITA

##### DIAGNOSTICO DEFINIYO:

##### CONDIÇÕES DE ALTA:

DATA:

HORA DE SAÍDA:

AIRLEY WENDEL MATIAS ALVES SILVA - CRM: 22473

AIRLEY WENDEL  
Médico  
CRM-22.473

Av. General Manoel Rabelo - Nº 126 - Centro - Jaboatão dos Guararapes - CEP: 54160-000

TELEFONE: 3482-9888 - www.fimjps.org



Assinado eletronicamente por: PAULO ANTONIO COELHO CASTOR - 13/02/2019 15:10:17

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021315101752900000040599500>

Número do documento: 19021315101752900000040599500

### Relatório Geral de Cirurgias

Nome: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

Prontuário: 736928

Atendimento: 119812

Unidade de Internação / Leito: ENF 13 - LEITO 04

Sexo: Feminino

Idade: 59 Anos, 6 Meses e 16 Dias

Diagnóstico Pré Operatório: S827 - FRATURAS MÚLTIPLAS DA PERNA

Risco Operatório:

Cirurgia(s) Realizada(s): TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE TÍBIA DIR.

Data: 08/02/2017

01. Cirurgião: CARLOS ANTONIO ROCHA CANDIDO FILHO

02. 1. Auxiliar Cirúrgico: CAIO HENRIQUE BARBOSA

03. 2. Auxiliar Cirúrgico:

04. Instrumentador

Anestesia: RAQUI-ANESTESIA

06. Anestesia:

07. Anestesiologista: RODRIGO JOSE FLORO LUCIANO DA SILVA

#### Descrição da Cirurgia:

PACIENTE EM POSIÇÃO SOB RAQUIANESTESIA  
ROTINA ASÉPTICA  
REDUÇÃO INCIPIENTE DE FRATURA DE TÍBIA  
FIXAÇÃO EXTERNA COM 04 PINOS DE SCHANZ + TIXADOR LINEAR  
LIMPEZA COM SF 0,9%

CURATIVO

PROCEDIMENTO REALIZADO SOB CONTROLE RADIOLOGICO COM INTENSIFICADOR DE IMAGENS.

André Luiz Adolfo  
Médico  
CRM - PE 20022

ANDRÉ LUIZ ADOLFO MOREIRA DA SILVA

CRM 20022



FICHA DE ESCLARECIMENTO

Código

FAT.SAM.D1

Revisão

00

INFORMAMOS QUE ESTA FICHA FOI CONFECCIONADA A PARTIR DE DADOS EXTRAIDOS EXCLUSIVAMENTE DO PRONTUÁRIO MÉDICO DO (A) PACIENTE ABAIXO INDETIFICADO (A).

NOME: Maria Lucia Souza de Siqueira

REGISTRO: 736928 DATA DE NASCIMENTO: 23/07/1957

RG: 1961944 ORGÃO EMISSOR: SDS - PE

ENDEREÇO: Rua Opélia Nogueira Nº 271

Jaraguá - Olinda

NOME DA MÃE: Lidia Alexandre de Siqueira

DATA ADMISSÃO: 22/02/2017 DATA ALTA: 24/02/2017

DATA DO PROCEDIMENTO: 22/02/2017 CID: 582.2

DIAGNÓSTICO: Fratura da tibia direita

TRATAMENTO REALIZADO: Tratamento cirúrgico  
de fratura da extremidade distal  
da tibia direita

MÉDICO: Carlos Candido Filho

CREMEPE: 18336

JABOATÃO DOS GURARAPES, 08 DE Março DE 2017

André Luiz Adolfo  
Médico  
CRM - PE 20022

MÉDICO

Nome do paciente: <b>HTS Lucas Augusto de Siqueira</b>			
Clínica: <b>Ortopedia</b>		Enfermaria:	Leito:
Nº prontuário: <b>120406</b>		Nº AIN:	
Diagnóstico principal (conforme o ICD-10): <b>Fratura de fêmur D + luxação lateral</b>			CEP: <b>5822</b>
Procedimento solicitado: <b>Fixação múltipla</b>			CEP: <b>5822</b>
Tempo de permanência previsto:			
Procedimento realizado: <b>Fixação de fêmur D + luxação lateral</b>			
Código	Equipe	Nome	Matrícula Nº
01	Grupos	<b>Ka Paulo Emanuel</b>	
02	1. Auxiliar cirúrgico		
03	2. Auxiliar cirúrgico		
04	3. Auxiliar cirúrgico		
05	Dentais auxiliar cirúrgico		
06	Farmacêuticos	<b>Ka Rodrigo Flew</b>	
07	Clínico		
08	Clínico		
<b>Procedimentos especiais</b> <input type="checkbox"/> Mudança de procedimento <input type="checkbox"/> Dieta de ali <input checked="" type="checkbox"/> Dieta de acompanhamento <input type="checkbox"/> Vacina Anti-EB <input type="checkbox"/> Uso de prótese dental <input type="checkbox"/> Uso de fatores de coagulação <input type="checkbox"/> Uso de oxigênio <input type="checkbox"/> Nutrição parenteral			
<b>Resumo do caso</b> PACIENTE INTERNADO POR APRESENTAR PATOLOGIA ORTOPÉDICA, SENDO TRATADO ADEQUADAMENTE E RECEBE ALTA EM SEGUIDA ENCAMINHADO AO AMBULATORIO C/ ORIENTAÇÕES, MEDICAMENTOS E RETORNO.			
Diagnóstico principal: <b>Fratura de fêmur D</b>			CEP: <b>5822</b>
Diagnóstico secundário: <b>luxação lateral</b>			CEP: <b>5826</b>
Motivo da alta: <b>múltipla</b>			
Internação: <b>22.02.17</b>		Alta: <b>24.02.17</b>	Dias de hospitalização:

**Dra. Maria Clara**  
 Coordenadora de Enfermagem



AMBULATORIO JABOATÃO

Av. Gen. Manoel Rabelo • 126 • Condição  
 Jaboatão dos Guararapes - PE • CEP: 54160-001  
 Tel.: (081) 3307.8800 e 3307.8801





## Laudo para solicitação de autorização de internação

### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES
HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO	5350067
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	CNES
HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO	5355067

### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome do Paciente	Nº Prontuário			
MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA	736928			
Cartão Nacional do SUS	Data de Nascimento	Sexo	Raça/Cor	Etnia
70100693948423	23/07/1997	<input type="checkbox"/> M <input checked="" type="checkbox"/> F	93 - Preta	0000 - Não Se Aplica
Nome da Mãe	Telefone de contato			
LIDIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA				
Nome Responsável				
LIDIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA				
Endereço (Rua, Nº, Bairro)				
OPALA MESRA, 271 - FRAGOSO				
Município	IBGE	UF	CEP	
IDA	260960	PE	53060450	

### LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Formulário Clínico e Sintomas Clínicos

*Paciente sedada de trauma CI don  
e dependente em MIP.*

Condições que justificam a internação

Principais Resultados de Exames Diagnósticos

Diagnóstico Inicial / Códigos

*trauma lapia + T2Z (S)*

CID 10 Principal CID 10 Secundário CID 10 Causas Associadas

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

Descrição do Procedimento Solicitado	Código do Procedimento		
Classificação	Caráter da Internação	Documento	Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente
	2	( ) CNS ( ) CPF	
Nome do Profissional Solicitante/Assistente	Data da Solicitação	Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho)	
	13/02/2017 22/12/2017		

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

<input type="checkbox"/> Acidente de Tráfego	CNPJ Seguradora	Nº Bônus	Gênero
<input type="checkbox"/> Acidente Trabalho Típico	CNPJ / Empresa	CNAE da Empresa	CBO
<input type="checkbox"/> Acidente Trabalho Atípico			

Vínculo com a Previdência

☐ Empregado ☐ Empregador ☐ Autônomo ☐ Desempregado ☐ Aposentado ☐ Não Segurado

### AUTORIZAÇÃO

Nome do Profissional Autorizador	Cód. Órgão Emissor	Nº de Autorização da Internação Hospitalar (AHT)
MARIA CECILIA MAC OWELL		
Documento	Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador	
(X) CNS ( ) CPF	20153335540007	
Data da Autorização	Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho)	



HOSPITAL  
MEMORIAL JABOATÃO



<b>SUS</b>		Sistema União da Saúde	Ministério da Saúde	<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)</b>		Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde					3 - CNEB	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <b>HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO</b>					5 3 5 6 0 6 7	
2 - NOME DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR <b>HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO</b>					5 3 5 6 0 6 7	
Identificação do Paciente					8 - Nº DO PRONTUÁRIO	
4 - NOME DO PACIENTE <i>Paulo Antonio Coelho Castor</i>					9 - DATA DE NASCIMENTO	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)					10 - SEXO 1 - MASC 2 - FEM	
11 - NOME DA MÃE DO RESPONSÁVEL					11 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)					14 - CID - CID 10 PRINCIPAL 15 - CID 10 SECUNDÁRIO 16 - CID 10 TERCIÁRIO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA					17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)	
<b>MUDANÇA DE PROCEDIMENTO</b>						
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR					19 - CID DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA					21 - CID DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL					23 - CID 10 PRINCIPAL 24 - CID 10 SECUNDÁRIO 25 - CID 10 TERCIÁRIO	
<b>SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)</b>						
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL					27 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE					29 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input checked="" type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II					30 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL					32 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL					34 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL					36 - CID DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<b>38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO</b>						
PACIENTE TRANSFERIDO PARA NOSSO SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PATOLOGIA ÓSSEA. SOLICITO MATERIAL DE SÍNTESE PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO. + Acompanhante						
<b>PROFISSIONAL SOLICITANTE</b>						
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE					40 - DATA DE SOLICITAÇÃO	
41 - DOCUMENTO					42 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
43 - Nº DO DOCUMENTO (CONSOFF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE					44 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
45 - Nº DO DOCUMENTO (CONSOFF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE					46 - CID DO PROCEDIMENTO	
47 - DOCUMENTO					48 - CID DO PROCEDIMENTO	
49 - Nº DO DOCUMENTO (CONSOFF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE					50 - CID DO PROCEDIMENTO	
51 - DOCUMENTO					52 - CID DO PROCEDIMENTO	





MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

Paciente submetida  
em 30 tempo cirúrgico  
a correção de  
fratura da tíbia e  
fornecido do H30.

  
Maria Lira  
Fisioterapeuta



HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO - FICHA DE INTERNAÇÃO

S-294577

Atendimento: 120406

FICHA DE ATENDIMENTO: ANAMNESE DE INTERNAÇÃO

Convênio: SUS - INTERNACAO

Cartão SUS : 701004893948493

Responsável:

Observação:

Prontuário: 736928	Data/Hora: 22/02/2017 09:58:15	Naturalidade
Nome: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA		Data de Nascimento: 23/07/1957
Sexo: FEMININO	Idade: 59 Anos 7 Meses 7 Dias	Profissão:
CPF:	Identidade: 1961944 - SSP/PE	Fone:
Est. Civil: SOLTEIRO	Cônjuge:	
Escolaridade:		
Nome do Pai:		
Nome da Mãe: LIDIA ALEXANDRE DE SIQUEIRA		
Endereço: OPALA NEGRA	Bairro: FRAGOSO	
CEP: 53061-450	Cidade: OLINDA	UF:
Medico: CARLOS ANTONIO ROCHA CANDIDO FILHO	CRM: 18338	
Unidade de Internação: CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA	CID:	

RESUMO DE TRATAMENTO

HISTORIA DA DOENÇA ATUAL:

*Por a dorabilidade sem HFD após*  
*fratura*

ANTECEDENTES PESSOAIS E HEREDITARIOS:

EXAME FISICO GERAL:

AP - CARDIO - VASCULAR:

AP - RESPIRATORIO:

ABDOMEN:

AP - GENITO - URINARIO:

HIPOTHESE DIAGNOSTICA:

*fratura tíbia : T12 @*

DIAGNOSTICO DEFINITIVO:

CONDIÇÕES DE ALTA:

*Dra. Maria Lira*  
*Ortopedia e Traumatologia*  
*CRM 18338*

LI E CONCORDO COM AS NORMAS ESTABELECIDAS POR ESTA INSTITUIÇÃO

CIENTE:

Data: / / - Hora de Saída: : h - Médico:

Av. Gal. Manoel Raposo, 125 - Centro - CEP: 54100000 - Jaboatão dos Guararapes - PE

Telefone: (01) 3482-9586 - www.hmjpe.org





## SINISTRO 3170360350 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** TRAÇÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA-ME  
**BENEFICIÁRIO** MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA  
**CPF/CNPJ:** 22519360410

### Posição em 01-02-2019 14:35:44

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
02/08/2017	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 17ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0012115-55.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, ARUANA SEGUROS S.A.

**DESPACHO**

R.H.

Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, do NCPC.

No mais, considerando:

1. que a não realização audiência de conciliação/mediação prevista no art. 334<sup>[1]</sup> do NCPC, é insuscetível de causar qualquer prejuízo às partes e, por conseguinte, acarretar nulidade processual, máxime diante da possibilidade/dever do magistrado de promover a autocomposição a qualquer tempo, em havendo sinalização positiva para tanto (art. 139, inc. V, c/c art. 277 do NCPC);
2. que a experiência cotidiana deste Juízo indica a improbabilidade de conciliação em ações análogas à presente;
3. os princípios da economia e celeridade processuais, instrumentalidade das formas e razoável duração do processo.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do NCPC e determino a citação da parte ré para, querendo, responder a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do art. 344 do NCPC.

Apresentada resposta na modalidade de contestação e ocorrendo a hipótese prevista no art. 350 do NCPC, intemem-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.

Por fim, sem prejuízo do acima determinado, considerando ser necessária a realização de prova pericial, máxime diante da ausência de laudo do IML, designo **o dia 02 de abril de 2019, às 13:00 horas**, para que, seja submetida a parte autora, de logo, à realização de perícia médica, nas dependências desta 17ª Vara Cível – Seção B.

Assim, nomeio como perito do Juízo o médico Dr. Henrique Augusto Leite Marques – CRM/PE 16.636, com telefone nº (81) 99926.7288, o qual deverá ser intimado da nomeação, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se aceita o encargo e, aceitando, esclarecer se concorda com o valor dos honorários periciais de R\$ 300,00 (trezentos reais) proposto pela ré, conforme convênio nº **014/2017 TJPE**.

Intime-se a parte autora pessoalmente, por carta com aviso de recebimento, e eletronicamente, na pessoa do seu advogado, bem ainda o perito nomeado.

À Diretoria Cível para providências de praxe. Cumpra-se.

Recife, data da autenticação eletrônica

**Juiz(a) de Direito em exercício cumulativo**



[1] Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§1º O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.

§2º Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.

§3º A intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado.

§4º A audiência não será realizada:

I – se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

II – quando não se admitir a autocomposição.

§5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

§6º Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.

§7º A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.

§8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

§9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

§10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

§11. A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença.

§12. A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, ARUANA SEGUROS S.A.  
RECIFE, 27 de fevereiro de 2019.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

**Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:**

**1 – Acesse o link:** <https://www.tjpe.jus.br/contrafe1g>

**2 – No campo “Número do Documento”, digite:** 19021315101733300000040599407

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

**ANDRE GONCALVES LOBATO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 17ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 41251770, conforme segue transcrito abaixo:

*"Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos dos arts. 98 e 99, do NCPC. No mais, considerando: 1. que a não realização audiência de conciliação/mediação prevista no art. 334[1] do NCPC, é insuscetível de causar qualquer prejuízo às partes e, por conseguinte, acarretar nulidade processual, máxime diante da possibilidade/dever do magistrado de promover a autocomposição a qualquer tempo, em havendo sinalização positiva para tanto (art. 139, inc. V, c/c art. 277 do NCPC); 2. que a experiência cotidiana deste Juízo indica a improbabilidade de conciliação em ações análogas à presente; 3. os princípios da economia e celeridade processuais, instrumentalidade das formas e razoável duração do processo. Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do NCPC e determino a citação da parte ré para, querendo, responder a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do art. 344 do NCPC. Apresentada resposta na modalidade de contestação e ocorrendo a hipótese prevista no art. 350 do NCPC, intemem-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, sem prejuízo do acima determinado, considerando ser necessária a realização de prova pericial, máxime diante da ausência de laudo do IML, designo o dia 02 de abril de 2019, às 13:00 horas, para que, seja submetida a parte autora, de logo, à realização de perícia médica, nas dependências desta 17ª Vara Cível – Seção B. Assim, nomeio como perito do Juízo o médico Dr. Henrique Augusto Leite Marques – CRM/PE 16.636, com telefone nº (81) 99926.7288, o qual deverá ser intimado da nomeação, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se aceita o encargo e, aceitando, esclarecer se concorda com o valor dos honorários periciais de R\$ 300,00 (trezentos reais) proposto pela ré, conforme convênio nº 014/2017 TJPE. Intime-se a parte autora pessoalmente, por carta com aviso de recebimento, e eletronicamente, na pessoa do seu advogado, bem ainda o perito nomeado. À Diretoria Cível para providências de praxe. Cumpra-se."*

RECIFE, 27 de fevereiro de 2019.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, ARUANA SEGUROS S.A.

RECIFE, 27 de fevereiro de 2019.

**CARTA DE INTIMAÇÃO**

Destinatário(s):

Nome: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

Endereço: R OPALA NEGRA, 271, FRAGOSO, OLINDA - PE - CEP: 53060-450

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) do teor do(a) DESPACHO 41251770, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

ANDRE GONCALVES LOBATO

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Assinado eletronicamente por: ANDRE GONCALVES LOBATO - 27/02/2019 18:38:02

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022718380280000000041333899>

Número do documento: 19022718380280000000041333899

CIENTE.



PETIÇÃO EM ANEXO.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001 – SEÇÃO B**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, nos autos da Ação de Cobrança acima epigrafada, movida por **MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA**, vem, a presença de Vossa Excelência, ofertar, tempestivamente, sua

### **CONTESTAÇÃO**

com fulcro nos artigos 335 e seguintes do CPC e demais cominações legais pertinentes à espécie, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

### **DOS FATOS**

Alega a autora, em sua inicial, ser beneficiário do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico, ocorrido em **03/02/2017**, no qual teria sofrido danos pessoais ocasionando sua invalidez permanente.

AMM/ 2579108

**aldairtoncarvalho.com.br**

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: (21) 3037-7704

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azuleões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





Acreditando fazer jus ao recebimento de indenização, requer a condenação da ré a título de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, acrescido de juros e correção monetária, bem como em honorários advocatícios.

**Urge cientificar que em relação ao sinistro narrado na presente demanda, a Seguradora já realizou o pagamento de indenização por invalidez no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) de forma proporcional ao grau da avaliação médica pessoal realizada no processo administrativo.**

Não obstante as alegações trazidas na inicial, em que pese o acervo de provas, destaca-se que a autora não acostou aos autos documentos suficiente que possam comprovar as sequelas em grau superior ao que foi constatado na via administrativa. Tão pouco a petição inicial foi instruída com o Laudo do IML, documento indispensável à liquidação do sinistro, conforme art. 21, II, a, da Resolução CNSP nº 273, de 2012.

### **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

#### **DA IMPRESCINDÍVEL OITIVA DO AUTOR EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Inicialmente, a peticionante pugna pelo agendamento da Audiência de Instrução e Julgamento, a fim de que seja a parte demandante ouvida para os devidos esclarecimentos, tais como: data, local e dinâmica do sinistro, características do veículo causador do acidente, confirmação da legitimidade e se houve ou não acionamento administrativo, assim como o seu resultado sem ou com pagamento da indenização e o respectivo valor.

Ressalte-se que o objeto desta demanda se enquadra perfeitamente no que disciplinam os artigos 357, inciso V, 358 e 361, todos do Código de Processo Civil, requerendo, portanto, o agendamento da AIJ.

***Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:***

***V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.***

***Art. 358. No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará***

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





***apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar.***

***Art. 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:***

***II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;***

Tudo sem prejuízo de outros questionamentos e produção de provas que Vossa Excelência entenda necessária para a comprovação do fato, da lesão alegada e o nexo de causalidade, além dos demais esclarecimentos definitivos à adequada defesa e regular condução do processo.

É imperativo, ainda, que o ilustre julgador observe atentamente a comprovação do nexo causal entre a invalidez do autor e o suposto acidente automobilístico noticiado, a fim de aferir verossimilhança ao pleito autoral, além de oportunizar à contestante o mais amplo e irrestrito devido processo legal, com a ampla defesa e o contraditório, nos termos do artigo 5º, incisos LIV, LV, da CF/88.

***Art. 5º.***

***LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;***

***LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;***

Porquanto, somente através do Boletim de Ocorrência expedido por autoridade policial competente, narrando minuciosamente o ocorrido, bem como a comprovação da lesão e a sua extensão, através de Laudo Oficial do IML, será possível estabelecer o elo entre a alegada invalidez e o acidente automobilístico.

Por fim, faz-se necessário, igualmente, deixar claro a obediência aos Princípios Constitucionais da Razoabilidade e da Proporcionalidade nos eventuais pagamentos das indenizações do Seguro DPVAT, quando se tratar de invalidez permanente.

### **DO MÉRITO**

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone (85) 3497-262

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





**DA PLENA VALIDADE DA QUITAÇÃO OUTORGADA**

Conforme comprovante anexo, a autora já recebeu a quantia **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, a título de indenização de seguro obrigatório DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico ocorrido em **03/02/2017**.

**Como se vê, a requerente outorgou quitação à Seguradora dando plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide.**

De fato, ao receber o valor apurado e determinado em perícia realizada em processo administrativo, o autor firmou a autorização de pagamento e outorgou quitação.

**Como em nenhum momento o autor requereu a desconstituição da quitação por ele outorgada e sequer pretendeu rescindir o pagamento ou questionar a validade da quitação.**

E não o fez porque, para assim pretender e requerer precisaria provar que o negócio jurídico seria anulável, por estar maculado com um dos vícios elencados no inciso II do art. 171 do novo Código Civil, que praticamente repete os termos do inciso II do art. 147 do Código Civil de 1916, com esta redação:

“É anulável o ato jurídico:

II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude”.

A inicial comprova que a autora não fez qualquer pedido no sentido de desconstituir a quitação. O objeto da lide é tão somente a condenação da Ré na alegada diferença.

Assim, tendo recebido, sem ressalvas, a indenização devida e cabível e não tendo pleiteado a desconstituição da quitação juridicamente perfeita outorgada, falece ao Requerente o direito de requerer a alegada diferença, porque a quitação tem a finalidade imediata e precípua de desonerar o devedor de toda e qualquer responsabilidade acerca da obrigação quitada.

Como não houve alegação e comprovação de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude e como o autor em momento algum ataca a autenticidade da autorização de pagamento firmada, esta por si só exaure qualquer outra pretensão complementar.

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





Assim também entende o legislador, na conformidade do que dispõe o Novo Código Civil Brasileiro no parágrafo único do artigo 320:

“Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”

Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, pois não é lícito discutir crédito quitado, sob pena de se ferir ato jurídico perfeito.

As ementas a seguir transcritas, referentes a julgados oriundos de Tribunais de regiões diversas do País e também do E. Superior Tribunal de Justiça consagram o entendimento acima exposto:

“DPVAT. COBRANÇA DE DIFERENÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO AO DIREITO. IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. Confessando a autora já haver recebido, há cerca de 9 anos, a indenização (DPVAT) em decorrência de morte acidental de filho, para o pedido de complementação deve comprovar o seu direito, pena de improcedência do pedido, pois, a presunção é a de que a quitação seja completa e definitiva.” (TACMG. Apelação Cível nº 382.199-0, 5ª Câmara Civil, Rel. Juiz Francisco Kupidowski, J. 6/02/2003).

“Execução Título Judicial. Arguição de pré-executividade acolhida. Indenização paga integralmente. O recebimento de indenização, e a outorga de recibo de quitação de sinistro – DPVAT, diretamente da seguradora, dando-se o credor por satisfeito de quanto competia receber, com plena rasa e irrevogável quitação de todas as ações e direitos, impõe o encerramento do caso. Recurso improvido.” (TJRJ. Apelação Cível n.º 2000.001.03909, – 14ª Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Nogueira, J. 23/01/2001, Registrado em 1º/03/2001).

“Quitação dada pelo credor. Ausência de ressalva. Presunção de que quitado integralmente o débito”. (STJ. RESP n.º 37.475-8-SP (93.0021596-5, 3ª Turma, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, J. 29/11/1993, in D.J. 7/02/1994).

Deste modo, resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda, com a condenação do autor nas verbas sucumbenciais.

#### **AUSÊNCIA DE LAUDO QUE ATESTE A INVALIDEZ**

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

##### **FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

##### **RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

##### **SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

##### **RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

##### **SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





**EM GRAU SUPERIOR AO QUE FOI APURADO E PAGO EM SEDE  
ADMINISTRATIVA**

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na inicial, que a parte autora, pretende ser indenizada, através do seguro DPVAT, por invalidez resultante de um acidente automobilístico.

Contudo, conforme esclarecido, não juntou qualquer documento que pudesse atestar o GRAU da suposta lesão, nem o seu caráter permanente, em percentual superior ao que foi apurado e pago pela seguradora.

Com efeito, para que o pleito pudesse prosperar, indispensável se torna a apresentação de documentos oficiais que atestem **A EXISTÊNCIA DE LESÃO DE CARÁTER PERMANENTE**, com o grau da limitação sofrida, no caso, o laudo do Instituto Médico Legal, atestando, para todos os fins, que realmente houve sequela de caráter permanente, e o grau de comprometimento do órgão ou membro afetado.

Neste diapasão tem-se que o artigo 5º, parágrafo 5º, da Lei 8.441/92, diz, *in verbis*:

*§5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."*

E, repita-se, **NÃO HÁ NOS AUTOS O LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL que certifique, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte apelada e qual o grau de redução funcional que porventura a atingiu, elementos imprescindíveis para que possa ser fixada a indenização correspondente, de acordo com a tabela específica, como previsto na lei e nas normas disciplinadoras.**

**Sendo certo que é ÔNUS DA PARTE AUTORA PROVAR QUE A INVALIDEZ FOI DE TAL GRAVIDADE, QUE REMETA A PAGAMENTO SUPERIOR AO QUE EFETIVAMENTE FOI PAGO PELA SEGURADORA.**

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





Essa prova documental incumbe à vítima, não só em função do que consta expressamente na Lei, como em razão de ser constitutiva do seu direito. Note-se que o valor pago corresponde ao grau apurado na via administrativa pela seguradora em perícia médica realizada durante o processo regulatório.

**Assim como não consta nenhum Laudo oficial do IML que ateste grau diferente do correspondente ao pago em sede administrativa pela Seguradora, requer a extinção do processo, sem resolução de mérito, de acordo com o inciso I do Artigo 485 do Código de Processo Civil.**

#### **DA IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

No caso, a peça que foi juntada aos autos não serve para comprovar que as lesões sofridas pela autora foram decorrentes de um acidente automobilístico, tendo em vista que o documento acostado aos autos **foi elaborado a partir das informações prestadas pelo comunicante, própria vítima, ora autor.**

Logo, essa Certidão não se presta para demonstrar que o sinistro tenha ocorrido nem comprova o nexo de causalidade entre o alegado acidente e as supostas lesões, pois não descreve a dinâmica do acidente.

E o artigo 5º, § 1º, alínea "a", da Lei 8.441/92, é claro ao dispor:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

**a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;** (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (grifamos).

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





O acidente de alguém no trânsito tenha este ocorrido em qualquer época dos últimos anos da vida brasileira, merece mais do que um simples registro para recebimento de seguro, eis que outro alguém deve ser ao menos investigado para apuração de sua conduta, ainda que apenas culposa.

Aceitar-se que nem ao menos um registro de ocorrência seja lavrado na época da ocorrência do acidente de trânsito, é acreditar-se que a vida neste país não vale nada e que no trânsito pode-se tudo, sem que ao menos a informação do fato seja do interesse da polícia.

Se a autora informa nestes autos que efetivamente foi vítima de acidente de trânsito, algum registro policial deveria ter sido lavrado. Ainda que tal certidão fizesse prova de que o acidente ocorreu, não faria prova de que a lesão decorreu do alegado acidente. O artigo 405 do Código de Processo Civil determina que

“o documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença”.

Corroboram o entendimento de que a certidão anexada aos autos não cumpre o objetivo de “fazer prova do acidente e do dano decorrente” como é exigido pelo artigo 5º da Lei 6194/74, (redação não alterada pela lei 8.441/92), os seguintes julgados:

“Documento público, contendo declarações de um particular, faz certo, em princípio, que aquelas foram prestadas. Não se firma a presunção, entretanto, de que seu conteúdo corresponde a verdade.” (RSTJ 74/292)

“Documento público faz prova dos fatos que o funcionário declarou que ocorreram na sua presença. Assim, tratando-se de declarações de um particular, tem-se como certo, em princípio, que foram efetivamente prestadas. Não, entretanto, que o seu conteúdo corresponda à verdade.” (RSTJ/87/217)

Na mesma linha, é difícil imaginar que um acidente automobilístico com vítima não tenha sequer gerado, à época dos fatos, a instauração de um Boletim de Ocorrência. Isto porque, como é sabido, trata-se de um ilícito penal que exige a abertura de uma investigação para que, eventualmente, responsabilidades sejam atribuídas - ainda que de natureza culposa.

Conclui-se, portanto, que a Certidão de Ocorrência juntada não se mostra eficaz para os fins pretendidos por não evidenciar, com a segurança necessária, a

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





ocorrência do acidente automobilístico. Resta, assim, ausente um dos requisitos para a percepção da indenização pleiteada.

**VALOR DA INDENIZAÇÃO  
MEDIDAS PROVISÓRIAS 340/2006 E 451/2008 CONVERTIDA NAS LEIS  
Nº. 11.482/2007 E 11.945/2009**

O autor noticia sinistro envolvendo veículo automotor ocorrido em via terrestre no dia **03/02/2017**.

Assim, tendo o sinistro acontecido no ano de 2014, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente as alterações ocorridas na Lei nº. 6.194/74 trazidas pelas Leis nº. 11482/2007 e nº. 11945/2009.

Ressaltamos que o artigo 3º. da Lei nº. 6.194/74 foi alterado pelas leis acima citadas, vejamos o novo texto do artigo 3º. e seu inciso II que trata do valor máximo indenizável no caso de invalidez comprovadamente permanente:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por **invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – (...)  
II - **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**; e  
III – (...)” (grifos nossos)

Grifamos a palavra “ATÉ”, pois sua observância é fundamental, já que a indenização por invalidez pode variar dependendo do grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Vejamos a nova redação do § 1º. do artigo 3º., conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei nº. 11945/2009:

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica**, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial,

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e**

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização** que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de **repercussão intensa**, 50% (cinquenta por cento) para as de **média repercussão**, 25% (vinte e cinco por cento) para as de **leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de **sequelas residuais**.

Ressaltamos que a verificação da perda funcional do membro lesado, somente é possível após restar caracterizado que não há chance de melhora por qualquer forma de terapia relacionada ao caso concreto, o que deve ser definido documentalmente por perito do IML.

Tal exame também está previsto na mesma Lei, no parágrafo 5º. do artigo 5º.:

**§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.**

As determinações impostas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.495/2009, confirmaram o entendimento já predominante nos Tribunais de Justiça, inclusive no E. STJ.

No caso em tela, a lesão apresentada pelo autor, de acordo com a TABELA DE INVALIDEZ é correspondente ao grau de redução funcional parcial, motivo pelo qual o valor da indenização pago foi **R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), correspondente ao grau da lesão sofrida pela vítima, conforme perícia realizada durante processo regulatório para pagamento administrativo.**

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





O SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA aprovou o seguinte enunciado de súmula:

**DPVAT**

**O seguro DPVAT é objeto da Súmula 474: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”**

Como se vê, a nova lei nada mais fez do que privilegiar o Princípio Constitucional da Proporcionalidade que permeia todo o nosso ordenamento jurídico, no sentido de verificar caso a caso, a gravidade das lesões sofridas, *“tratando desigualmente os desiguais, a medida que se desigualem”*, pois não seria razoável, fixar um só valor invariável, para cobrir lesões diversas, pois senão, aquele que fraturasse um dedo médio, alcançaria a mesma indenização daquele que viesse a amputar ambos os membros inferiores, por exemplo.

**DA CORREÇÃO MONETÁRIA – CONTAGEM INICIAL E CÁLCULO**

Verifica-se no caso concreto que o pagamento da indenização foi feito dentro dos 30 dias contados a partir do aviso do sinistro, conforme previsto no §1º do art.5º da lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/07.

Desta forma, tona-se imperioso afastar a incidência da correção monetária pois o § 7º do mesmo dispositivo legal a permite apenas na hipótese de não pagamento da indenização securitária no prazo legal.

Neste sentido, decidiu o E. Tribunal de Justiça:

Em recente decisão unânime, o TJSC reformou sentença de 1º grau para julgar improcedente a demanda, cujo objetivo era a aplicação da correção monetária ao valor pago administrativamente, uma vez que o pagamento foi realizado à tempo e modo, senão vejamos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). CORREÇÃO MONETÁRIA. PRETENDIDA A SUA INCIDÊNCIA APÓS A EDIÇÃO DA MP N340/2006. IMPOSSIBILIDADE. CONTENDA DIRIMIDA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RECURSO REPETITIVO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (RESP N. 1.483.620/SC). INDENIZAÇÃO PAGA A TEMPO E MODO, NOS MOLDES

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: (21) 3037-7704

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





DELIMITADOS NO § 7º, ART. 5º, LEI N. 6.194/1974. SENTENÇA REFORMADA. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.”

Assim, inexistente previsão de correção monetária quando o pagamento administrativo ocorrer dentro do prazo de 30 dias, contados a partir da data da reclamação. Logo, incabível determinação de incidência pelo Juízo vez que infringiria o princípio da reserva legal.

Caso não seja este o entendimento de Vossa Excelência, requer seja considerada a data do pagamento administrativo para a incidência da correção monetária sobre o valor que eventualmente venha a ser apurado como complementação.

#### **JUROS MORATÓRIOS – CABÍVEIS APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO**

Sendo a **Mora** o ato de tardar, delongar a execução ou o cumprimento de uma obrigação no momento convencionado, e considerando, por sua vez, que **Juros** são a remuneração do capital ou a retribuição que o credor recebe do devedor pela **demora** no pagamento do que é devido àquele, tem-se, assim, que **juros de mora** compreendem a sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida.

O devedor, porém, só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia. **Antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.**

A mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Código Civil, art. 396). Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, art. 398).

É significativo observar que os artigos acima mencionados, integrantes do Código Civil de 2002, praticamente repetem a redação do Código de 1916 sendo que alguns artigos conservam integralmente a redação anterior (v.g., 396/963, 397/960). **Isto importa em concluir que, neste ponto, a mens legislatoris de 1916 se manteve inalterada, o que constitui inabalável razão para ser respeitada.**

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato *sui generis*, mas sempre um contrato. Sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos artigos 757 e 781 do Código Civil, de vez que o *interesse legítimo* do segurado não pode ser superior aos seus *reais prejuízos* e a *indenização* não pode ultrapassar o valor desse interesse. Outra não era a regra estampada no artigo 1.432 do Código Civil de 1916.

A responsabilidade que decorre desse pacto para ambas as partes É CONTRATUAL E NÃO EXTRA CONTRATUAL.

A obrigação que flui do contrato de seguro, qualquer que seja ele, inclusive o DPVAT, não é líquida e certa, de vez que o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação de sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório. Se a obrigação fosse líquida, certa e exigível, a cobrança do seguro DPVAT seria executiva. No entanto, o art. 10 da Lei n.º 6.194 prevê o procedimento sumaríssimo (atual, sumário) nas ações respectivas.

É óbvio que a seguradora só sabe que ocorreu um sinistro capaz de gerar obrigação de indenizar se o interessado, beneficiário ou segurado, apresentar reclamação administrativa ou acioná-la judicialmente.

Portanto, é antijurídica a contagem de juros a partir do sinistro ou do pagamento efetuado em sede administrativa, porque a transação em si não significa a prática de qualquer delito de parte da seguradora, única situação em que a mora incide desde a prática do ato (Cód. Civil, art. 398). E a mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Cód. Civil, art. 396).

Nas ações judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer: “**Contam-se os juros de mora desde a citação inicial**” (art. 405).

Esse tema foi pacificado através da **Súmula n.º 426 do STJ**:

**“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”**

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina a lei.

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone (85) 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





## DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 85, § 2º do CPC.

Contudo, se isto não ocorrer, sendo o autor beneficiário de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

“Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.” (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – REsp – 297716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

### Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – AJG – VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – PREQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 27.11.2002)

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

#### FORTALEZA-CE

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 262-3497

#### RIO DE JANEIRO - RJ

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

#### SÃO LUÍS - MA

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

#### RECIFE - PE

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

#### SALVADOR - BA

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

**DA IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM  
BASE NO CDC (INAPLICABILIDADE DO ART. 6º, VII DO CDC AO SEGURO  
DPVAT)**

O seguro DPVAT instituído e imposto por lei não consubstancia uma relação consumerista (nem mesmo reflexamente). Em razão de suas características pode-se afirmar que não há contrato nesse seguro, mas sim uma obrigação legal; um seguro imposto por lei, de responsabilidade social, para cobrir os riscos da circulação dos veículos em geral. Tanto é assim que a indenização é devida, nos limites legais (Lei nº 6.194/74) mesmo que o acidente tenha sido provocado por veículo desconhecido ou não identificado. Sua lei de regência especifica a extensão do seguro e as hipóteses de cobertura às vítimas de acidente de trânsito, não havendo por parte das seguradoras integrantes do consórcio do seguro DPVAT, responsáveis por lei, a procederem ao pagamento, não havendo qualquer ingerência nas regras atinentes à indenização securitária, inexistindo para esse propósito, a adoção de práticas comerciais abusivas de oferta, de contratos de adesão, de publicidade, de cobrança de dívidas.

Tampouco seria possível falar-se em vulnerabilidade, na acepção técnico-jurídica, das vítimas de acidente de trânsito, e muito menos do proprietário do veículo, perante as seguradoras – as quais não possuem qualquer margem discricionária para efetivação do pagamento da indenização securitária, sempre que presentes os requisitos estabelecidos na lei de sua regência. Nesse contexto, não se vislumbra a possibilidade de as seguradoras participantes do consórcio DPVAT virem, por exemplo, a modificar as exigências deste seguro, muito menos no sentido de dificultar o seu alcance pelos beneficiários.

Neste sentido, segue recente entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça:

**“RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). OBRIGAÇÃO IMPOSTA POR LEI. AUSÊNCIA DE QUALQUER MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE NO TOCANTE AO OFERECIMENTO E ÀS REGRAS DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PELAS RESPECTIVAS SEGURADORAS, NÃO HAVENDO SEQUER A OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO, TAMPOUCO DE ESCOLHA DO**

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





FORNECEDOR E/OU DO PRODUTO PELO SEGURADO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DESPROVIDO.

1. Diversamente do que se dá no âmbito da contratação de seguro facultativo, as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam ao seguro obrigatório (DPVAT).

1.1. Com efeito, em se tratando de obrigação imposta por lei, na qual não há acordo de vontade entre as partes, tampouco qualquer ingerência das seguradoras componentes do consórcio do seguro DPVAT nas regras atinentes à indenização securitária (extensão do seguro; hipóteses de cobertura; valores correspondentes; dentre outras), além de inexistir sequer a opção de contratação ou escolha do produto ou fornecedor pelo segurado, revela-se ausente relação consumerista na espécie, ainda que se valha das figuras equiparadas de consumidor dispostas na Lei n. 8.078/90.

2. Recurso especial desprovido.

(REsp 1.635.398/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017)"

#### DA CONCLUSÃO

Ante tudo o quanto foi exposto, requer seja acolhida súplica conforme considerações preliminares.

Por fim, que seja julgado improcedente o pleito autoral, com base no artigo 487, I do CPC, em razão da perda do objeto, pelo fato de a indenização já ter sido paga e a plena quitação outorgada pelo autor quando do recebimento da indenização.

Em último caso, na remota possibilidade de sofrer a Ré qualquer condenação, que sejam observados os limites aduzidos nessa peça de bloqueio. No sentido de que:

- sejam observadas as alterações trazidas pelas Medidas Provisórias nº 340/2006 e 451/2008, mantidas pelas Leis 11482/2007 e 11.945/2009, tanto no valor máximo indenizatório fixado quanto pelo que prevê que a invalidez é parcial ou total.

- sejam os juros contabilizados desde a citação válida e a correção monetária desde o ajuizamento da ação.

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





- que seja a verba honorária fixada no mínimo legal de 10% e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

- Que seja rejeitado o pedido de inversão do ônus da prova, tendo em vista não se tratar de relação de consumo.

Protesta-se pela produção de todas as provas admitidas em direito, em especial depoimento pessoal do autor, sob pena de confissão, juntada posterior de documentos, bem como qualquer prova que V.Exa. entenda necessária.

Por fim, vem, requerer a inclusão do nome da advogada **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, a fim de que a mesma seja intimada e notificada de todos os atos judiciais que se fizerem acontecer, sob pena de nulidade nos termos do Art. 272, e seguintes do CPC.

Nestes Termos,  
Pede deferimento

Ferreiros/PE, 26 de Fevereiro de 2019.

**MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**  
**OAB/PE 29.559**

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





**ANEXO**

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

10

AMM/ 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007





### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 158.222, na OAB/CE sob o nº 16045 e na OAB/PE sob o nº 1170-A; **LIANA CLODES BASTOS FURTADO**, inscrita na OAB/CE sob o nº 16897 e na OAB/PE sob o nº 1171-A; **RICARDO LASMAR SODRÉ**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 88.826; **RAFAEL DE MORAES CORDEIRO ORLANDO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 135.625; **MARCELLE SOARES FARIA ROSA**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 111323; **DINA CLAUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES**, inscrita na OAB/MA sob o nº 11.143-A; **MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrita na OAB/PE sob o nº 29.559; **RAQUEL QUEIROZ LIMA**, inscrita na OAB/CE sob o nº 17926; **ANTONIO DOS SANTOS MOTA**, inscrito na OAB/CE sob o nº 19283; **JEANN CALIXTO SOUSA OLIVEIRA**, inscrito na OAB/MA sob o nº 9163; **SIDNEI DE OLIVEIRA PAULO**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 171.129; TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ALDAIRTON CARVALHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS S/S, com escritório na Av. Rio Branco, nº 248, 8º andar, CEP 20.040-009 - Centro- Rio de Janeiro, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Julzo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já,**



VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

1/0 OFICIO DE NUÍAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSE  
MARCIO BARBOSA NORTON (000000000596)  
Rio de Janeiro, 28 de maio de 2014 Conf  
Em testemho. da Us. Cidade por:  
Serventia  
36% TJ+FUNDOS \$ 00  
Total  
Geovani Alves Cunha  
EAGL-62523 GUK. EAGL-62524 MUR  
10015 Consulte em <https://www3.tiririus.br/sitepublico>  
CARTÓRIO  
Geovani Alves  
Cunha

Servent  
 36% TJ+F  
 Total  
 Leasublied

CARTÓRIO DO 17º  
 FUNDO S 86  
 Geovani Alves  
 Cunha  
 Escrevente  
 CTPS nº 64919  
 Série 158 RJ  
 Art. 20 § 3º Lei 8.935/94

OFÍCIO DE NOTAS  
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Côrrego, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9600

088674  
AA318727

**DECLARAÇÃO**

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000001AE883. Conf.por: Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014.

Serventia	: 4.33
36% TJ-FUNIDOS	: 1.53
Total	: 5.86

PAULLA CRISTINA A.D.GASPAR-AUT

EAQG-11715 NED Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>



Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



# Parte V Publicações a Pedido

www.imprensaoficial.rj.gov.br

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 23 de janeiro de 2006

### ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Associações, Sociedades e Firms

BRASIL BANEAMENTO S.A.  
CNPJ nº 06.108.561/0001-30  
NIRE: 33.002.772.1-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA Brasil Baneamento S.A. realizada em 31/08/09, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Av. Rio Branco, 26, sala 1002 (parte), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, 2. Participação e Presença: Convocação dispensada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme lista de presença (Anexo I). 3. Mesa: Presidente: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretária: Renata Pereira Lobo e Silva. 4. Deliberações: tomadas pela unanimidade dos acionistas: 4.1 - Aumentar o capital social da Companhia em R\$ 2.148.960,00, mediante a emissão de 2.148.960 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado de acordo com o inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, sendo o totalidade do preço de emissão destinada à formação do capital social, que passa de R\$ 49.134.968,00 para R\$ 51.283.948,00. 4.2 - Mediar a aprovação de todos os acionistas da Companhia, as 2.148.960 novas ações emitidas são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista SOC Internacional S/A, do preço de emissão total de R\$ 2.148.960,00, sendo este valor totalmente integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, conforme o Boletim de Subscrição (Anexo II). 4.3 - Em decorrência do deliberado nos itens anteriores, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 51.283.948,00, dividido em 51.283.948 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal". 4.5 - Aprovar a lavatura desta ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se e presente Ata de Assembleia Geral Extraordinária, que foi aprovada e assinada por unanimidade dos acionistas. 6. Assinaturas: Presidente da Assembleia: João Manuel Quevedo Pereira Coutinho; Secretária da Assembleia: Renata Pereira Lobo e Silva; Acionistas: SOC Internacional S/A, Victor Baneamento Ltda.; Alessandro Eide-riano Fariaco; João Manuel Marques Rodrigues Raimo; João Manuel Quevedo Pereira Coutinho e Carlos Genesio Langoni. Confira com o original lavrado em livro próprio, Rio de Janeiro, 31/08/09, Renata Pereira Lobo e Silva - Secretária da Assembleia. JUCERJ 0000195110 em 09/02/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

MEGAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ nº 10.324.424/0001-18  
NIRE: 33.3.0028810-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06/03/2009, 1. Local, data e hora: 06/03/2009, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, nº 85, 20º andar - parte, Centro. 2. Presença: Acionistas representando a tota-

### SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	
Associações, Sociedades e Firms	1
Atas, Editais e Termos	
Associações, Sociedades e Firms	6
Extravio de Documentos	8
Leilões Extrajudiciais	8

lidade do capital social da Companhia, conforme registrado no Livro de Presença de Acionistas assinado e arquivado na sede da Companhia, estando presente também o Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Damião Carlos Moreno Tavares, e o Presidente do seu Conselho de Administração, Sr. Antonio Luiz Beneditos Xavier. 1. Mesa: Presidente: Sr. Antonio Luiz Beneditos Xavier; Secretário: Sr. Damião Carlos Moreno Tavares. 4. Convocação: Dispensada a convocação na forma do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. 5. Deliberações: (I) Deliberar sobre aumento de capital da Companhia; e (II) deliberar sobre a correspondente alteração do art. 5º do estatuto social da Companhia em função do aumento de capital. 6. Deliberações: Foi aprovado, pela unanimidade dos acionistas, a lavatura da presente ata sob a forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do art. 130 da Lei nº 6.404/76. Por unanimidade de votos dos acionistas, foram aprovadas as seguintes deliberações: 6.1. Foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 549.999.000,00 (secentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil reais), mediante a emissão de 549.999.000 (secentos e quarenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi fixado com concordância de todos os acionistas presentes em R\$ 1,00 (um real) por ação, lavrado por base o valor de patrimônio líquido da Companhia em 04/02/2009. Com a emissão dos demais acionistas, que renunciaram aos seus respectivos direitos de preferência para a subscção das novas ações, a acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, subscveu a totalidade do aumento de capital em dinheiro, nos termos do Boletim de Subscrição firmado pela acionista, que fica arquivado na sede da Companhia. 6.2. Em decorrência do aumento de capital ora aprovado, o art. 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 650.000.000,00 (secentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 650.000.000 (secentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias, todas sem e forma nominativas e sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou e presente esta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, Gustavo Nunes da Silva Rocha, José Eduardo Alves Pato Junior, Antonio Carlos Magalhães Mata Pires, Alexandre Louzada Tourinho, Marcelo Andreotti Perillo, Igor Azeiteiro do Souto, Carlos Fernando Costa, Roberto Henrique Gremier, Fábio Maimoni Gonçalves, Jaisson Lage Maciel, Henrique Carlos Perra Perra, Carlos Alberto Rosa, Antonio Luiz Beneditos Xavier, Art. Sarmiento do Valle Barbosa, Izabela Campos Alcântara Lemos e Maria Tereza de Souza Silva. Acionistas Presentes: Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR, Gustavo Nunes da Silva Rocha, José Eduardo Alves Pato Junior, Antonio Carlos Magalhães Mata Pires, Alexandre Louzada Tourinho, Marcelo Andreotti Perillo, Igor Azeiteiro do Souto, Carlos Fernando Costa, Roberto Henrique Gremier, Fábio Maimoni Gonçalves, Jaisson Lage Maciel, Henrique Carlos Perra Perra, Carlos Alberto Rosa, Antonio Luiz Beneditos Xavier, Art. Sarmiento do Valle Barbosa, Izabela Campos Alcântara Lemos e Maria Tereza de Souza Silva. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro pró-

prio. Mesa: Antonio Luiz Beneditos Xavier - Presidente; Damião Carlos Moreno Tavares - Secretário. JUCERJ nº 0000186844 em 10/03/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

ME: 844078

### CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A

#### CONSTRUTORA DAS LTDA

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAIABA LTDA  
TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSORCIO, QUE ENTRE SI FAZEM: CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A - CNPJ nº 33.412.792/0001-40, CONSTRUTORA DAS LTDA - CNPJ nº 14.316.377/0001-04 e CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAIABA LTDA - CNPJ nº 33.192.873/0001-00. 1) Terá como objetivo a execução para o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, vinculada ao Ministério dos Transportes, doravante denominado DNIT, dos serviços necessários a realização das Obras de Implantação e Pavimentação na Rodovia BR-448/RS Trecho Enr. BR-119/RS-118 (Sequência do Sul - Entr. BR-200/RS, Km 14,44 - Km 22,34, compreendendo no LOTE 3 da Concorrência Pública nº 197/2009-00. 2) O Consórcio terá endereço na Avenida Rio Branco, 156 - 30º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, CEP: 20090-000 e fora na cidade de Porto Alegre/RS, com duração igual ao necessário para a integral execução do contrato nº 492/09-00, terminando de pleno direito quando as obras sob as quais o CONSORCIO se incumbiu de fazer forem entregues e todas as obrigações dele decorrentes sejam liquidadas e terem sua extinção definitiva pelo DNIT, ou ainda na hipótese da execução do contrato tornar-se material ou legalmente impossível. 3) As CONSORCIADAS participarão da EMPREITADA nas receitas, nos lucros e perdas, nos custos diretos e indiretos, tributos e encargos, despesas comuns, pagamentos, aportes de recursos financeiros, direitos, deveres, responsabilidades, seguros, obrigações e proporção de suas respectivas participações no CONSORCIO, na forma a seguir: QUEIROZ GALVÃO - 37,80% (trinta e sete inteiros e oitenta centésimos por cento); OAS - 37,80% (trinta e sete inteiros e oitenta centésimos por cento); BRASÍLIA - 24,40% (vinte e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento). As CONSORCIADAS participarão de todas as etapas das obras e serviços que integram o EMPREENDIMENTO, observando-se para todas as finalidades, sempre, o limite acima estabelecido. Registrado na JUNT. COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NIRE nº 33.5.0002436-4 em 16/09/2009 - Protocolo nº 00-2009/12115-6. Secretária Geral - Valéria G.M. Serra.

ME: 843907

### POTLATCH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

#### CNPJ nº 00.025.092/0001-25

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS - Em 21 de setembro de 2009, às 10:00h, os sócios reuniram-se no 10º andar do edifício do Potlatch Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ nº 00.025.092/0001-25, na sede da sociedade localizada na Rua da Quitanda nº 52, 16º andar (parte), aprovaram por unanimidade as seguintes deliberações tomadas em Reunião de Sócios: (I) Redução do capital social no importe de R\$ 508.820,00 (secentos e oito mil, oitocentos e vinte reais) mediante transferência ao Sôco Mario Cesar Campanella dos imóveis que seguem: (a) Predio nº 13.750 Loja e Sobrado da Av. Salvador Alende, antiga Av. Alfredo Balthazar da Silveira, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 88.475 do 9º Oficial do Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro; (b) Bloco nº 15 da Quadra P da Planta 51-55-12915, com frente para a Av. Cesar Moroni, antiga Servidão "H", Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, descrito e caracterizado na Matrícula nº 94.264 do 9º Oficial do Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro; (II) Redução de 1.352.933 (um milhão, trezentos e cinquenta e duas mil, novecentas e trinta e três) centos do capital da sociedade; (III) - Alteração do contrato social, consolidando as modificações promovidas. Rio de Janeiro (RJ), 21 de setembro de 2009. Mario Cesar Campanella - Presidente; Bruno Roberto Campanella - Secretário.

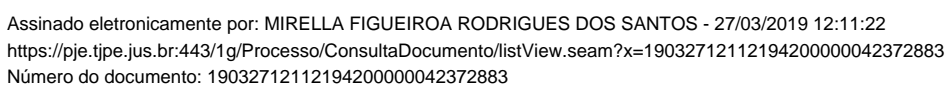
ME: 844087



### GH PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.062.600/0001-37

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Estamos apresentando as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2007 e 2008. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos.										
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2008 E 2007 (R\$)										
		PASSIVO		2008		2007		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS		
		Circulante		634.473.421		58.817.478		PÍNDOS EM 31/12/2008 E 2007 (R\$)		
ATIVO			Obrigações Sociais e Trabalhistas		358.778				2008	2007
Circulante	22.454.52		Lucro/Dividendos a Distribuir		504.568.29		90.188.00	Administrativos	(43.114.127)	(1.014.253.19)
Caixa		26.959.01	Outras Contas a Pagar		15.995.00			Resultados Financeiros Líquidos	(735.730.18)	(3.440.71)
Bancos	15.232.17	29.520.12	Passivo em Circulante		8.119.349.11		8.924.974.49	Resultado de equivalência patrimonial	3.819.587.11	1.208.957.27
Créditos Onerosos com Terceiros		3.000.00	Exigível a Longo Prazo		308.632.50		1.064.862.16	Lucro (Prejuízo) Operacional	3.040.743.78	189.165.37
Fiscal	7.222.35	7.222.35	Empréstimos e Financiamentos		346.813.50		1.003.739.00	Resultado antes da Contribuição		
Ativo não circulante	6.723.897.88	8.044.632.58	Outras Contas a Pagar		7.729.935.81		8.924.113.63	Sociedade e Imposto de Renda	3.040.743.78	189.165.37
Reservados a Longo Prazo	2.321.361.45	1.249.139.45	Patrimônio Líquido		4.240.690.00		4.240.400.00	Resultado de Exercício	3.040.743.78	189.165.37
Conta Corrente Soc. Conglomerados	3.081.455.45	1.249.139.45	Capital Social		5.051.926.81		3.888.878.63	Lucro Líquido por Ação		3.72
Permanente	1.199.262.55	1.199.262.55	Reservas		1.561.291.20		(1.151.293.00)			0.04
Investimentos	3.183.681.91	6.777.507.07	Ações em Poder da Tesouraria		8.744.432.42		8.113.534.09			
Imobilizado	15.924.52	18.866.00	Total do Passivo		8.744.432.42		8.113.534.09			
Total do Ativo	17.44.432.40	8.113.534.09								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (R\$)										
	Subsídio do Capital		Reservas		Lucros (Prejuízos) Acumulados		Ações em Tesouraria		Total	
Descrição										
Saldo Inicial	4.240.400.00	328.871.35	550.584.14	579.795.92		2.309.252.43		8.954.113.63		
Recompra de Ações	-	-	-	-	-	(1.263.293.83)	-	-	-	-
Venda de Ações	-	-	-	-	-	(415.128.00)	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	-	-	-	11.400.00	-	-	-	5.000.00	-	15.400.00
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	3.040.742.78	-	3.040.742.78
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(569.148.50)	-	(569.148.50)
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.300.044.42)
Saldo Final	4.240.400.00	328.871.35	550.584.14	579.833.09	11.400.00	3.239.254.06	-	(1.561.391.00)	7.730.935.81	
NOTAS EXPLICATIVAS										
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, especialmente a Resolução 645/78, com as alterações da Resolução 535/07. Para fins de comparabilidade, apresentamos as notas demonstrações contábeis 2008/2007 informamos que as mesmas não foram auditadas.										
DIRETORIA										
DIRETOR SUPERINTENDENTE Georges Hajjar					DIRETORA EXECUTIVA Edwidge Alves de Lima Cardoso					
CONTADOR: Carlos Alberto do Nascimento CRC RJ 0104570-1										



[illegible][illegible]

(21) **27174141**

17<sup>o</sup> Ofício de Notas  
UNICAPITAL

Tabellito: Carlos Alberto Forno Oliveira  
Rua do Carmo, 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

CEB674  
AA318728

Original e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00001AE884. Conf. por: 4.33  
Rto de Janeiro, 05 de dezembro de 2014. Serv. p. a. : 1.33  
Total : 5.86

PALLA CONSULTA A.D. 63878-AUT  
EAGB-11716 XZY Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>



[illegible]

Num. 43009664 - Pág. 7

**17º** Ofício de Notas  
DA CAPITAL

**Tableiro:** Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-4800

**CEB574**  
**AA318731**

Declaro e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000001NE887 Conf. por: \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2014.

Serventia : 4.33  
Sx: 1041005 : 1.53  
Total : 3.86

**MIRIAM CRISTINA A.D. GRASPAC-ATF**

EA08-11719 TPB Consulte em <https://www5.trf1.jus.br/sitepublico>



[illegible][illegible][illegible]

ME 172468/08

**TOLANDA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF nº 09.960.001/26 – NÚM. 13.369.161.001  
**COMPANHIA FECHADA**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15.12.2011 - SUMÁRIO**

**LOCAL DA REUNIÃO:** Rua Manoel de Araújo, nº 10, situado na Rua Canoaneta, nº 68 - parte, nesta cidade, em 15 de dezembro de 2011, às 11 horas. **ACIONISTAS:** Presente o acionista único **SOUZA CRUZ S.A.**, neste ato representada por seus Diretores, Sr. Leonardo Fomzer Serra e Sr. Maria Abade Lima Pereira. **CERTIFICADO:** A legalidade do Capital Social, motivo pelo qual foi dispensada a Convocação **MESA:** Paulo Clóvis Ayres Filho - Presidente; Fernando Chagas de Araújo Teveira - Secretário. **ORDEM DO DIA:** I) Eleição de Presidente e Diretor da Companhia. II) Aprovação das contas do exercício anterior. III) Aprovação do balanço patrimonial. IV) Aprovação do balanço líquido. V) Aprovar para o cargo de Presidente, Sr. André Martins Galvão. Por unanimidade, foi aprovada a eleição do Sr. André Martins Galvão, casado, economista, domiciliado nesta Cidade, já Rua Canoaneta, nº 68 - parte, nesta cidade, portador da carteira de identidade nº 1.000.000-1, inscrita no CPF nº 09.960.001/26, brasileiro nato, com endereço profissional no CNPJ nº 09.960.001/26, nº 17V0026-1, e nº 13.369.161.001, para o cargo de Presidente, em substituição ao Sr. Dante João Lima, designado ao exercício do cargo anteriormente em 2011. **Mesa:** Paulo Clóvis Ayres Filho - Presidente e Fernando Chagas de Araújo Teveira - Secretário. Acusação: **SOUZA CRUZ S.A.**, neste ato representada por seus Diretores, Sr. Leonardo Fomzer Serra e Sr. Maria Abade Lima Pereira. **Certidão:** Certifico que esta Ata está fielmente transcrita nos livros de Atas, sob o nº 2280/1989, datado de 10.01.2012, Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.


ID 1246182

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO ODPAT S/A**

CNPJ/MF nº 09.248.808/0001-41 NIRE nº 33.30028479/6

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 23 DE MARÇO DE 2011.** Data e Hora e Local: Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2011, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua São Manoel Dória, nº 100, no bairro "Oásis", da cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20091-209, **Convocação:** O Edital de convocação foi publicado no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" em 16 de março de 2011, sob o nº 11.447, e no "Jornal Valor Econômico", nas páginas 34, 15 e 14, respectivamente, e no "Jornal Valor Econômico", nas edições dos dias 10, 11 e 14 de março de 2011, nas páginas 53, 313 e 317, respectivamente. **Publicações Previstas:** Os atos publicados pela Assembléaria Geral Demostradora Formadora foram publicados nos pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, no "Jornal Valor Econômico" em 28 de fevereiro de 2011, no jornal "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", nas páginas 65, 66, 67 e 68 e no "Jornal Valor Econômico", nas páginas 88, 89 e 91, tudo na forma das Leis nº 4.046/75 e demais normas legais aplicáveis, bem como os pareceres emitidos pelos profissionais ou economistas representando mais de 2% (dois por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de

## DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO



**Imprensa Oficial**

**Haroldo Zager Faria Timoco**  
Diretor Presidente

**Jorge Narciso Pires**  
Diretor Administrativo

**Maurice Abreu do Amaral**  
Diretor Administrativo

**PUBLICAÇÕES**

**ENVIO DE MATERIAS:** As materias para publicacao deverão ser enviadas pelo sistema eletrônico ou entregues em mãos a: **Imprensa Oficial do Rio de Janeiro**, **PARTE I - PODER EXECUTIVO** de: **Requisitos e procedimentos para publicação de materias deverão ser encaminhados a:** Assessoria para **Presidência da República dos Atos Oficiais** da Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara - Casa Civil, Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.270-901 - Tels. (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244

**AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL** RJ Atendimento das 12:00 às 17:00 horas

<p><b>RIO</b> Rua São José, 35 s/nº 22272-4 Edifício Garagem Menezes Cortes Tels. (0xx21) 2332-6548 - 2332-6553 e Fax 2332-6549</p>	<p><b>NITERÓI</b> Shopping S/A - Maruí 3º andar, Rua 125 Centro - Niterói RJ Tels. (0xx21) 2719-2689 - 2719-2690 e 2719-2705</p>
---	--

**PREÇO PUBLICAÇÃO** (por página)  
R\$ 132,00  
R\$ 92,40

**ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL**

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(\*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI

DRS - As assinaturas com desconto somente para funcionários e funcionários públicos (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nossas Agências e nas Agências credenciadas do Banco Itau. Cópias de exemplares extras poderão ser adquiridas a um Professor Visitante Corredor n.º 31 Centro - Niterói - RJ.

**ATENÇÃO - É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.**

**IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** - Rua Professor Renato Cordeiro n.º 91, Centro - Niterói - RJ - CEP 24.030-230 - Tel. (0xx21) 2717-3161 - PARÁ - Fax (0xx21) 2717-3348

**www.imprensaoficial.rj.gov.br**

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel. 0800-2844675 das 9h às 18h



**17º** **Ofício de Notas**  
 DA CAPITAL

**Tabalizeiro: Carlos Alberto Terno Oliveira**  
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8000

**Certificado e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do**  
**Original que foi autenticado. Cod: X000001AE886. Conf-por: 4.33**  
**Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia : 1.53**  
**36% ITRFIMDS : 5.86**  
**Total**

**PALLA CRISTINA A.D. G&S-P&R-AUT**  
**EA06-11718 DM Consulte em <https://www5.tjrj.jus.br/sitpublico>**

**086574**  
**AA318730**



Lider dos Conselheiros do Seguro ODPAT S.A. (a "Companhia"), e uma sociedade por ações, com capital social de R\$ 100.000.000,00, inscrita no Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios com o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP - Artigo 3º - A Companhia tem sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, nº 3º, nºs 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, com a aprovação da Diretoria, filiais, agências, sucursais, representações e escritórios em qualquer país, sem necessidade de prévia autorização da Companhia para prazo indeterminado de duração.

**Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 4º** - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) ações de R\$ 100,00 (cem reais) cada, sendo escrituras, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** - Os Respostáveis das disposições legais aplicáveis às ações ordinárias e às ações preferenciais, bem como de qualquer espécie ou classe ou adquirir para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fazer as demais considerações necessárias para a emissão e o cancelamento das ações.

A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, salvo disposição em contrário da legislação aplicável.

A Assembleia Geral reún-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas pelo Conselho de Administração, observando-se, necessariamente, as formalidades de convocação, também previstas para a Assembleia Geral, e a presença de acionistas, bem como a consideração regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente da Companhia, pelo Vice-Presidente e por dois (2) membros do Conselho de Administração, sendo o Presidente o primeiro por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear e destituir (2) (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assistir o Presidente a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e prorrogar as reuniões, e, quando necessário, suspender, prorrogando a reunião, produzindo a presente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais da Companhia, devidamente constituídos, para quem possam comparecer às reuniões, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião convocada, e, no caso de ausência, até 72 (setenta e duas) horas antes da reunião convocada, e, no caso de ausência, até 72 (setenta e duas) horas antes da reunião convocada, e, no caso de ausência, até 72 (setenta e duas) horas antes da reunião convocada.

**Parágrafo Quarto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações lidas e aprovadas, e a transcrição das deliberações lidas e aprovadas, e a transcrição das deliberações lidas e aprovadas.

**Capítulo III - Conselho de Administração - Artigo 7º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, sendo o Conselho de Administração o órgão máximo de administração da Companhia, e a Diretoria Executiva o órgão máximo de administração da Companhia.

O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 8º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, sendo o Conselho de Administração o órgão máximo de administração da Companhia, e a Diretoria Executiva o órgão máximo de administração da Companhia.

O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 10º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo VI - Conselho de Administração - Artigo 11º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo VII - Conselho de Administração - Artigo 12º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo VIII - Conselho de Administração - Artigo 13º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo IX - Conselho de Administração - Artigo 14º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo X - Conselho de Administração - Artigo 15º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XI - Conselho de Administração - Artigo 16º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XII - Conselho de Administração - Artigo 17º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XIII - Conselho de Administração - Artigo 18º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XIV - Conselho de Administração - Artigo 19º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XV - Conselho de Administração - Artigo 20º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XVI - Conselho de Administração - Artigo 21º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XVII - Conselho de Administração - Artigo 22º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XVIII - Conselho de Administração - Artigo 23º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XIX - Conselho de Administração - Artigo 24º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XX - Conselho de Administração - Artigo 25º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XXI - Conselho de Administração - Artigo 26º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XXII - Conselho de Administração - Artigo 27º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XXIII - Conselho de Administração - Artigo 28º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XXIV - Conselho de Administração - Artigo 29º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XXV - Conselho de Administração - Artigo 30º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo XXVI - Conselho de Administração - Artigo 31º** - O Conselho de Administração será constituído por 12 (doze) membros, sendo 6 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral e 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo os membros eleitos pela Assembleia Geral os membros eleitos pela Assembleia Geral e os membros nomeados pelo Conselho de Administração os membros nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração terá a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

**Capítulo**



17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabella: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 83 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

005574  
AA315733

Certifico e dou fe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi autenticado. Cod: XXXXX014E889. Conf por: Rto de Janeiro, 03 de dezembro de 2014.

PAULA CRISTINA A.D. GARCIA-AUT

ENRG-11721 (3M) Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

Sex	14410005	: 1.53
Total		: 5.86



[illegible]


CIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA. ATENDIMENTO PSICOLOGICO DE PESSOAS COM DEFICIENCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTURBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPERVISÃO, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CUIDADOS MÉDICOS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) SEDE: ESTRADA UNAÇO E INDUSTRIA Nº. 34 750 POSSE - PETROPOLIS - RJ - CEP. 25.770-480 Petrópolis RJ  
02/12/2011.

**HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA. EPP**  
CNPJ nº 04.298.433/00-01

**CONVOCAÇÃO: [ART. 1.152 E 1º e 3º DO Cód. CIVIL].** Nestes atos fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 22/01/2012 e no dia 27/01/2012 em 1ª ou 2ª convocação, para tomar ciência de retirada do sócio minoritário Sr. Roberto Eduardo Baruchan da Empresa Hydratec Comercio e Tecnologia Ltda. EPP e para assinar o termo de rescisão de contrato de sócio. O Sr. Roberto Eduardo Baruchan, CEP nº 20.775.050, de Matr. nº 156 loja "A", parte do contrato de sócio nº 00 encontra em tratamento médico. R/R: 1012/2012, Angelo Pires da Silva - CRCRJ 038.380/0-7 - CPF nº 31.046.537/72

**CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.**  
CNPJ: 33.221.649/0001-91

**AVISO** - Achar-se-á à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida Nilo Peçanha, 50, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria.

 **VALE**

Companhia Aberta  
CNPJ nº 33.992.510/0001-054

**FATO RELEVANTE:** A Vale S.A. (Vale) informa que esta declarando, para maior (FM) em uma série de controles de minério de ferro a partir de maio, 1.º de janeiro de 2012. Estarão entrando em contato com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. De acordo com o artigo 3.º, § 4.º, da Instrução CVM nº 358, esta Fato Relevante encontra-se disponível em sua versão completa, em português, aqui: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). No site da Vale, no seguinte endereço: [www.vale.com](http://www.vale.com), a partir de 1.º de janeiro de 2012. Fato Relevante - Direção Executiva de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
02.709.449/0011-20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO** torna público que requereu ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Duto de Transferência de Água Produzida entre o Terminal de Cubatão e a Estação de Barra do Fúrido, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transporte com uma vazão do 150m³/h, com diâmetro de 8", em 29 de Dezembro de 2011. Rodovia Amaral Peixoto, km 186 - Macaé/RJ. Processo E-07/512461/2011.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
CNPJ 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS** torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HIDRICOS OUT nº IN018637, com validade até 28 de março de 2013, que a autarquia a Captação de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Cacembu com a finalidade de outros usos (compactação e umecção do solo) na Região Hidrográfica RH-V, Baía de Guaratuba, na Fazenda Macaco, entre os Rios Macaco e Cacembu, Porto das Caixas, município de Itaboraí.

**CAPTACÃO Terraplanagem COMPERJ:** Corpo Hídrico: Rio Caicó - Vazão máxima instantânea: 520,0 m³/s; Vazão média: 500,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 h; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 1440.000 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 21,285" e Long. 42° 50' 30,705". **CAPTACÃO: EAP 1:** Corpo Hídrico: Rio Caicó - Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média: 30,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 h; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 1440,00 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 37,965" e Long. 42° 51' 51,438". **CAPTACÃO: EAP 2:** Corpo Hídrico: Rio Caicó - Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média: 30,0 m³/s; Tempo: 16,00 h; Período: 30 dias; Volume mensal: 1440,00 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,321" e Long. 42° 51' 11,931".

**CAPTAÇÃO:** EAP 3: Corpo Hídrico: Rio Caioenbu, Vazão máxima instantânea: 35,0 m<sup>3</sup>/s; Vazão média: 10,0 m<sup>3</sup>/s; Tempo: 16,00 h/d, Período: 10 dias; Volume mensal: 144000 m<sup>3</sup>; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 10,289" e Long. 42° 35' 24,842".


**PETROBRAS**

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 33300032061

\*EDITAL DE CONVOCAÇÃO\*

[illegible]

## Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firmas

CLINICA ESTRELLA LTDA  
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUICAO

ESUMATÓRIO: RATO SOCIAL SINDICATO JOÃO GOMES  
PROCURADOR ESTRELA (CPF 254.117.817) LUIZ  
RANDY (CPF 304.333.817) M. RAO PAULO J. J. J. J.  
CPF 254.275.717 E FLAVIO GOMES RATO (CPF 254.275.717)  
AUXÍLIO A PORTADORAS DE DOCUMENTOS PESSOAL

17º Ofício de Notas  
 IN-CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Primo Oliveira  
 Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 209-4800

CEB 74  
 AN 15/12

Original e dupe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: XXXXXX1AE888, Conf. por: Serventia : 1.53  
 Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. 36: 13474005 : 5.86  
 Total

PALLA ERGIDA A.D. 043748-411

EMO-11720 YID Consulte em <https://www3.tri-jus.br/sitapublico>





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

**PRESENCIA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SA ACATAUASSU XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabuleiro: Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-4800

Original e dou fe que a presente  
certificado que foi apresentado. Cod: X000001AE388B Conf. por: 4.33  
Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2014. Serventia 1.53  
327 TDFUNDOS

FALLA CRISTINA A.D. BRASPAC-ALF  
EAGG-11723 MU Consulte em <https://www3.rij.jus.br/sitpublico>

Total 5.86

086674  
AA318735





2530451

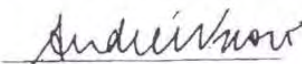
diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, re ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

  
André Leal Faoro  
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33.3.0028479-6  
Protocolo: 00.2014/126431-4 09/04/2014  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/04/2014. E O REGISTRO SOB O NÚMERO  
E DATA ABAIXO  
00002614223  
DATA 10/04/2014  
Vilma L. M. Serra  
SECRETARIA GERAL

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2



17<sup>o</sup> Ofício de Notas  
DA CAPITAL

**Tabelião: Carlos Alberto Primo Oliveira**  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8600

CEB574  
AA318734

Original e dupe que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado em 03 de dezembro de 2014.

Cod: XXX0014E884 Conf. por: 4.33

Serventia : 1.53

357 U\$FIMDS : 5.86

Total

FALLA CRISTINA A.D. BGR-R-ALI

CEB-1772 GED Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR SEM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos a carta devolvida referente a Intimação de MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA, tendo como motivo de devolução:AUSENTE. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 2 de abril de 2019.

**VERONILDA OTAVIO DA SILVA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





BRASIL R\$ 14,00  
AR 08.03.19 - 14:40  
AGF BAIRRO DE SAO JOSÉ

Nome: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA  
Endereço: R OPALA NEGRA, 271, FRAGOSO, OLINDA - PE - CEP: 53060-450  
0012115-55.2019.8.17.2001 ID 41949171 3  
INTIMAÇÃO Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

AO REMETENTE

Correios REGISTRADO URGENTE registered priority		50 PESO (kg) weight
Recebedor	X AR MP	
Assinatura	Doc.	

JU 00915975 2 BR



EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELEGRAFOS

☐ Desconhecido ☐ Falecido

☒ Recusado ☐ Ausente

☐ Endereço insuficiente, falta

☐ Não existe o n° indicado

☐ Informação descrita pelo porteiro ou síndico

Use corretamente seu CEP

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Responsável

EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELEGRAFOS

☐ Recusado ☐ Não Procurado

☐ Endereço insuficiente, falta

☐ Não existe o n° indicado

☐ Informação descrita pelo porteiro ou síndico

Use corretamente seu CEP

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Responsável

DIRETORIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - PANDAR  
DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº  
ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900



EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELEGRAFOS

☐ Mudou-se ☐ Falecido

☐ Desconhecido ☒ Ausente

☐ Recusado ☐ Não Procurado

☐ Endereço insuficiente, falta

☐ Não existe o n° indicado

☐ Informação descrita pelo porteiro ou síndico

Use corretamente seu CEP

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Responsável

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

<b>DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE</b>	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	
ENDEREÇO / <b>SOUZA DE SIQUEIRA</b> <b>A NEGRA, 271, FRAGOSO, OLINDA - PE - CEP: 53060-</b>	
UF	PAÍS / PAYS
0012113-55.2019.8.17.2001	ID 41949171 3
<b>INTIMAÇÃO</b> Seção B da 17ª Vara Cível da Capital	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
<input type="checkbox"/> EMS	
<input type="checkbox"/> SEGUROADO / VALEUR DÉCLARÉ	
SINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

FC0483 / 16 114 x 186 mm



**Correios Brasil**

**AVISO DE RECEBIMENTO**

**AR**

**AVIS CN07**

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

*Jn 009.159.752 Pr2*

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**08 MAR 2019**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº  
ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

UF **BRASIL**  
**BRÉSIL**

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

13/03/19 14/03/19 15/03/19  
16:37 h 15:57 h 12:06 h



Petição em anexo.





Data de Emissão: 08/04/2019 - Hora: 09:15:03 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª VIA - DOCUMENTO DE CAIXA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 040 01736151-9	ID Depósito 040271700211903279
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 17A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0012115.55.2019.8.17.2001		Tipo de Ação/processo COBRANCA DE HONORARIOS	
Nome do Autor MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2579108	Data de Emissão 27/03/2019	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF2717001191203042019904031604 300,00COM			





Data de Emissão: 08/04/2019 - Hora: 09:15:03 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª VIA - TRIBUNAL/VARA

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 040 01736151-9	ID Depósito 040271700211903279
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 17A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0012115.55.2019.8.17.2001		Tipo de Ação/processo COBRANCA DE HONORARIOS	
Nome do Autor MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2579108	Data de Emissão 27/03/2019	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF2717001191203042019904031604 300,00COM			





Data de Emissão: 08/04/2019 - Hora: 09:15:03 #10

## Guia para Depósito Justiça Estadual

3ª VIA - DEPOSITANTE

Para obtenção ID Depósito Acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 040 01736151-9	ID Depósito 040271700211903279
		Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO/PE	Município RECIFE
Vara 17A VARA CIVEL	Ação de Natureza ( 2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
Processo 0012115.55.2019.8.17.2001		Tipo de Ação/processo COBRANCA DE HONORARIOS	
Nome do Autor MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA			CPF/CNPJ
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A			CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04
Número da Guia 2579108	Data de Emissão 27/03/2019	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 300,00
Autenticação mecânica do depósito  CEF2717001191203042019904031604 300,00COM			





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Processo n.º 0012115-55.2019.8.17.2001 – Seção B**

**SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, já qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA que lhe move **MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e respectivo cartório, vem respeitosamente à Vossa Excelência, requerer a juntada da GUIA DE DEPÓSITO, em anexo, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), pelo pagamento dos honorários periciais.

Por fim, vem, requerer a inclusão do nome da advogada **DRA. MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrita na OAB/PE sob o n.º 29.559, na capa dos autos a fim de que a mesma seja intimada e notificada de todos os atos judiciais que se fizerem acontecer, sob pena de nulidade nos termos do Art. 236, §1º, CPC.

Nestes Termos,  
Pede deferimento

Recife/ PE, 01 de abril de 2019

**MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**  
**OAB/PE 29.559**

PASTA 2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone: (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone: (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone: (71) 3052-5007



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 17ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE (SEÇÃO B).**

**PROCESSO Nº 0012115-55.2019.8.17.2001**

**MARIA LÚCIA SOUZA DE SIQUEIRA**, por seu advogado *in fine* assinado e já qualificada nos autos da **Ação de Cobrança do Complemento do Seguro DPVAT** que move em face das empresas **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT e ARUANA SEGUROS S/A**, em trâmite nesta Vara e Secretaria respectiva, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**RÉPLICA À CONTESTAÇÃO**

pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**DAS ALEGAÇÕES DA DEMANDADA**

1. Insurgiram as empresas Demandadas em sua contestação quanto ao pagamento da complementação do valor do seguro obrigatório recebido pela Demandante e o novo valor previsto, a partir das modificações trazidas pelos artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º, que regula a matéria, alegando a ausência do laudo que ateste o grau de invalidez da Demandante; que o CNSP tem competência para fixar o valor da indenização, o qual deverá tanto corresponder ao grau da invalidez da Demandante como a tabela de danos pessoais; da impossibilidade da estipulação da indenização no teto máximo indenizável, uma vez que a invalidez poderá ser total ou parcial e esta última completa ou incompleta; a necessidade de perícia médica para atestar a incapacidade da Demandante; que os juros legais fluem a partir da citação e a correção monetária do ajuizamento da ação e que apenas a Seguradora Líder deverá figurar no pólo passivo da presente demanda.

**DAS IMPUGNAÇÕES DA DEMANDANTE**

2. Diferentemente do que aduzem as Demandadas, os laudos médicos apresentados são bem claros ao mencionarem que a Demandante adquiriu debilidade permanente no MID e, por conseguinte, invalidez permanente nesta área, motivo pelo qual fez jus ao recebimento da indenização, documentos estes que serviram de base para a regulação do sinistro e reconhecimento da invalidez permanente desta última por aquelas, quando da realização do adimplemento parcial da obrigação.

3. Por outro lado, a quitação firmada pela Demandante não alcança o valor agora perseguido, não havendo óbice para a apreciação de tal pedido pelo Poder Judiciário, uma vez que não está se discutindo a autenticidade e/ou validade do recibo referente ao montante pago, mas, ao contrário, o que se está pondo em questão é a desobediência das empresas Demandadas em não terem cumprido o que determina os artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º, que, nos casos de invalidez permanente, o valor da indenização deverá



ser apurado fazendo-se as multiplicações entre o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e o percentual previsto na tabela para a área afetada.

4. Como nos laudos médicos restou ali concluído que a Demandante adquiriu “**Debilidade Permanente no MID**”, estamos diante de uma invalidez parcial e deverá ser realizado o seguinte cálculo:

**R\$ 13.500,00 (indenização máxima) x 70% (Tabela – MID) = R\$ 9.450,00**

5. A partir disto, verificando-se que o valor correto que deveria ter sido pago à Demandante seria de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), mas que só foi paga a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), restam ainda o montante de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), a título de diferença da indenização proveniente do seguro dpvat a ser quitada pelas Demandadas.

Acórdão STJ

RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL

2000/0142166-2

Fonte

DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

6. Por outro lado, as Demandadas informam que a perícia realizada na esfera administrativa já constatou o grau correto do percentual de invalidez da Demandante e a indenização já fora totalmente paga em conformidade com este último. Ora Excelência, não se poderá considerar



uma perícia realizada por médico das próprias Demandadas, uma vez ter sido produzida unilateralmente, inclusive não se opondo a Demandante à realização de uma nova perícia por um perito judicial designado por este Juízo, para a confirmação da sua invalidez parcial completa, caso assim entenda necessária.

7. Apenas a critério de esclarecimento, esta ação está contestando o grau de invalidez apurado em sede administrativa e não a própria invalidez do Demandante que já foi reconhecida pela Demandada, quando esta efetuou o pagamento parcial da obrigação, a partir da análise de todos os documentos exigidos em Lei, inclusive com o B.O e o 1º atendimento médico, todos da mesma data e confirmando o nexo de causalidade entre o sinistro e a seqüela ao mencionar que a Demandante foi vítima de acidente de moto.

8. Os encargos deverão ser definidos da seguinte forma: A correção monetária, a partir da data do evento danoso (Súmula 580 do STJ) e os juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, estando em consonância com a Súmula 426 do STJ.

9. Apenas a critério de esclarecimento é válido ser ressaltado que a Lei que rege a matéria prevê que a indenização poderá ser cobrada de qualquer partícipe do Consórcio Dpvat, não havendo destarte, qualquer motivação para a exclusão da 2ª Demandada da lide.

### **DOS PEDIDOS**

Nestas condições, requer se digne Vossa Excelência em julgar totalmente improcedente a contestação apresentada pelas Demandadas, com a conseqüente procedência da ação, ratificando integralmente a peça inaugural, principalmente, no que tange (caso entenda necessária) à realização de uma perícia por um perito judicial designado por este Juízo, para confirmar a invalidez parcial completa no MID da Demandante.

Nestes termos  
Pede e aguarda Deferimento!  
Recife(PE), 11 de abril de 2019.

---

Paulo Antônio Coelho Castor  
OAB/PE nº 20.832





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a Citação e intimação da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 23 de abril de 2019

**VERONILDA OTAVIO DA SILVA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

UF PAÍS / PAYS

0012115-55.2019.8.17.2001 ID 41949168 1  
CITAÇÃO/INTIMAÇÃO Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI  
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE  
☐ EMS  
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA / UNIFORME DE DESTINO / BULLETS DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENTE



Jose Carlos Xavier Oliveira  
Mat. 2.955.353-1

13 MAR 2019

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16 114 x 188 mm



	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AVIS CN07</b>	<b>AR</b>	(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO) 74 009.159.735 BR	
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 08 MAR 2019			
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT SÃO JOÃO DO PATO		: h : h : h		
PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA				
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - PANDAR DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900				
CIDADE / LOCALITE				UF BRASIL BRÉSIL
[ ] [ ] [ ] [ ] [ ] - [ ] [ ] [ ]				





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 17ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0012115-55.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins, que faço juntar aos autos a perícia médica realizada pelo Dr. Henrique Marques.

Recife, 07 de maio de 2019.

Juliane Rocha de Siqueira  
**Analista Judiciário**



Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Membro Inferior direito ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico perito - CRM

Assinatura do médico assistente - CRM

Reche, 02/04/2019,

Dr. Henrique Marques  
Ortopedista - Cirurgia do Joelho  
Medicina Esportiva  
CRM-PE 16636 - TEOT 13253

Scanned with CamScanner



Nome completo: MARIO LUCIA  
CPF: 225.193.604-10  
Endereço completo: \_\_\_\_\_

0012115-SS. 2019. 8. 17. 2017.  
Informações da Vítima  
SUZANA DE SIQUEIRA

Local: OLINDA - PE  
Data do acidente: 03/02/2017.

Informações do Acidente

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº \_\_\_\_\_, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na \_\_\_\_\_ Vara Cível ou JEC da Comarca de \_\_\_\_\_

Recebi, 02/04/2019.  
local e data

Maria Lucia S. de Siqueira

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ( ) Não ( ) Prejudicado  
Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s): PERNA DIREITA

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma. TRATAMENTO CIRURGIA PLASTICA  
PERNA DIREITA

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

( ) Sim ☒ Não  
Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ( ) disfunções apenas temporárias  
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima: DOR + DE FORMIDAOES + EDEMAS + ARTRALGIAS  
MEMBRO INFERIOR DIREITO

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

( ) Sim, em que prazo:  
☒ Não





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 17ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0012115-55.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**DESPACHO**

R.H.

1. Expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento do numerário depositado no Id 43588281;
2. Na sequência, intuem-se as partes para os fins do art. 477, §1º, do NCPC – no prazo comum de 15 (quinze) dias, bem como esclarecer se possuem mais provas a produzir, indicando a respectiva finalidade;
3. Por fim, não havendo requerimento pendente de análise, voltem-me os autos conclusos para sentença.

Recife, data da autenticação eletrônica.

**Juiz(a) de Direito em exercício cumulativo**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 17ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 44847447, conforme segue transcrito abaixo:

" 1. Expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento do numerário depositado no Id 43588281;

**2. Na sequência, intemem-se as partes para os fins do art. 477, §1º, do NCPC – no prazo comum de 15 (quinze) dias, bem como esclarecer se possuem mais provas a produzir, indicando a respectiva finalidade;**

3. Por fim, não havendo requerimento pendente de análise, voltem-me os autos conclusos para sentença. "

RECIFE, 14 de maio de 2019.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 17ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES - CPF: 038.621.204-06 (PERITO)**

**VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (trezentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.**

**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AG. 2717 - OP. 040 - CONTA JUDICIAL 01736151-9**

Tudo conforme **DESPACHO** de ID **44847447**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado: "1. Expeça-se alvará em favor do perito judicial para levantamento do numerário depositado no Id 43588281;".

**OBSERVAÇÃO: Este alvará deverá ser levantado junto à CAIXA, agência 1294 – Teatro Marrocos/PE, localizada na Praça da República, 233 – Bairro Santo Antônio, Recife – PE. Horário de atendimento: 10h às 16h.**

Eu, ANDRE GONCALVES LOBATO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o numero de identificação constante no rodapé, RECIFE, 14 de maio de 2019.

**BRENNO CAVALCANTI MARIANO**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(Assinado eletronicamente)**

**ARNÓBIO AMORIM ARAUJO JUNIOR**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(Assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 17ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE (SEÇÃO B).**

**PROCESSO Nº 0012115-55.2019.8.17.2001**

**MARIA LÚCIA SOUZA DE SIQUEIRA**, por seu advogado *in fine* assinado e já qualificado nos autos da **Ação de Cobrança da Diferença do Seguro DPVAT** que move em face das empresas **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT E OUTRA**, em trâmite nesta Vara e Secretaria respectiva, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor para ao final requerer:

1. O laudo médico judicial (ID. 44741164) vem discriminando, claramente, a debilidade permanente de 75% (setenta e cinco por cento) do MID da Demandante, perícia esta realizada por um médico designado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e que, conseqüentemente, avaliou e reconheceu a invalidez permanente da vítima na área já acima citada.

3. No tocante ao valor a ser pago, a Lei nº 6.194/74, com as alterações advindas da MP 340/06, confirmadas posteriormente pelo art. 8º da Lei nº 11.482/07, bem como pelos artigos 19º a 21º da MP 451/08, convertida na Lei nº 11.945/09, em seus artigos 30º a 32º que regulamenta o referido seguro, prevê em seu art. 3º, alínea “b”, que o valor da indenização por **INVALIDEZ PERMANENTE** é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e que, nos casos de invalidez permanente, o valor da indenização deverá ser apurado fazendo-se as multiplicações entre o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o percentual previsto na tabela para a área afetada e o percentual avaliado pelo perito judicial e atestado no laudo.

4. Como no laudo médico do perito judicial, restou ali concluído que a Demandante adquiriu **“Debilidade Permanente de 75% (setenta e cinco por cento) do MID”**, estamos diante de uma invalidez parcial incompleta e deverá ser realizado o seguinte cálculo:

**R\$ 13.500,00 (indenização máxima) x 70% (Tabela – MID) x 75% (Avaliado – Laudo médico)**  
**= R\$ 7.087,50**

5. A partir disto, verificamos que o valor correto que deveria ser pago à Demandante seria de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos), todavia, só foi quitado o montante de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), restando, desta forma, a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais cinquenta centavos), a título de complemento da indenização proveniente do seguro DPVAT.

Acórdão STJ

RESP 296675/SP; RECURSO ESPECIAL  
2000/0142166-2  
Fonte



DJ DATA:23/09/2002 PG:00367

Relator

Min. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (1110)

Ementa

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO(DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N.6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.

I. O valor da cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n.6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (Resp nº 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Júnior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III. Recurso especial conhecido e provido.

Data da Decisão

20/08/2002

Órgão Julgador

T4 – Quarta Turma

Decisão

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Quarta Turma do STJ, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

4. Apenas a critério de esclarecimento, a Demandante juntou todos os documentos elencados em Lei para o recebimento do seguro Dpvat, bem como a própria avaliação do perito médico judicial e, desta forma, não tem mais provas a produzir, pelo que requer desde logo o julgamento antecipado da lide.

5. Os encargos deverão ser definidos da seguinte forma: A correção monetária, a partir da data do evento danoso (Súmula 580 do STJ) e os juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, estando em consonância com a Súmula 426 do STJ.

Nestas condições, requer se digne Vossa Excelência em julgar antecipadamente a lide, acolhendo a avaliação médica realizada pelo perito judicial competente e condenando as Demandadas ao pagamento do complemento da indenização pertinente ao seguro DPVAT no importe de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais cinquenta centavos), bem como nos honorários sucumbenciais os quais sugerimos que sejam fixados em 20% (vinte por cento).

Nestes termos

Pede e aguarda Deferimento!

Recife(PE), 16 de maio de 2019.

---

Paulo Antônio Coelho Castor  
OAB/PE nº 20.832







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ**

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo o perito nomeado para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 45077065, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Caixa Econômica Federal (Agência 2717 - PAB Fórum Recife), apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 20 de maio de 2019.

ANDRE GONCALVES LOBATO

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 17ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0012115-55.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

## SENTENÇA

Vistos etc.

**MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA**, devidamente qualificada na petição inicial, sob o pálio da justiça gratuita ajuizou a presente ação em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, também qualificada no exórdio, objetivando pagamento da indenização alusiva ao seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT), argumentando, em síntese, que: a) foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 03/02/2017, restando acometido de invalidez em razão da debilidade permanente no membro inferior direito; b) requereu, administrativamente, o pagamento da indenização devida, recendo apenas o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos); c) faz jus ao pagamento da diferença, no valor de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos), com base na tabela anexa à Lei nº 6.194/74. Requereu, então, a condenação da Ré no pagamento do valor reputado devido, além das verbas sucumbenciais.

Com a inicial, instruindo-a, vieram documentos.

Devidamente citada, a ré apresentou contestação no **Id 43009535**, por meio da qual alega que o valor devido à autora, qual seja, **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, já fora pago na esfera administrativa e requer, ao final, a total improcedência da lide.

Réplica no **Id 43695544**.

Comprovado depósito dos honorários periciais no **Id 43588281**.

Perícia acostada no **Id 44741164**, sobre a qual manifestou-se a parte autora no **Id 45209971**.

**Feito o relatório, decidido.**

A Lei nº 6.194/74, com as alterações subsequentes, assim dispõe sobre a indenização relativa ao seguro DPVAT na hipótese de invalidez permanente:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*a) a c) Omissis.*

*I – Omissis;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*

*III – Omissis.*

*1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas*



anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*

Neste particular, é de se anotar que o texto atual do referido diploma legal – com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.945/2009 – estabelece que o pagamento da indenização relativa ao seguro DPVAT deve obedecer à classificação da invalidez (se total ou parcial) e ao enquadramento da perda anatômica ou funcional de acordo com a repercussão da lesão, conforme especificação em tabela anexa.

De se consignar, outrossim, que há nos autos laudo pericial elaborado por especialista, apto a formar meu convencimento, máxime porque harmônico com a documentação que instrui o exórdio, o qual atesta que a invalidez suportada pelo(a) Autor(a) em decorrência de lesão no **membro inferior direito** foi de caráter **parcial** e de repercussão **intensa** (75%), tornando desnecessária a realização de nova perícia junto ao IML, seja porque normalmente esta se adstringe à esfera penal, sendo mais inespecífica do que a realizada nos autos, seja porque ensejaria retardo desnecessário no feito<sup>[1]</sup>.

Destarte, a tabela anexa à Lei nº 6.194/74 fixa como percentual indenizável para a perda **total** do uso de um dos membros inferiores 70% do máximo previsto em lei. Considerando, pois, que o laudo pericial de **Id 44741164** apontou lesão **parcial** do **membro inferior direito**, no grau de 75%, há que se decotar ambos os percentuais do valor máximo indenizável, o que me faz concluir que a indenização devida ao(à) autor(a) é no importe de **R\$7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme discriminação a seguir:

Indenização máxima em caso de invalidez (total e completa) – R\$ 13.500,00
Indenização máxima em caso de perda total do uso/função de um dos membros inferiores – R\$ 9.450,00
Indenização devida em caso de comprometimento parcial - 75% - do uso do membro inferior direito (conforme laudo pericial de <b>Id 44741164</b> ) – <b>R\$7.087,50</b>

Assim, considerando-se que a parte suplicante recebeu na esfera administrativa a cifra de R\$4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), a mesma faz jus ao recebimento do valor residual de **R\$2.362,50 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Dessa forma, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, para condenar a demandada ao pagamento do seguro DPVAT no valor de **R\$2.362,50 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, devidamente atualizado pela tabela do ENCOGE, desde a data da interposição da demanda e acrescida de juros de 1% ao mês, estes contados desde a data da efetivação citação, ocasião em que se constituiu em mora a seguradora ré, nos exatos termos do art. 405 do Código Civil vigente. **NESSE SENTIDO, TEM-SE POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, a teor do art. 487, inciso I, do Diploma Processual Civil em vigor.

Tendo em vista que a parte autora decaiu na parte mínima do pedido, arcará a ré com o pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 85, §2º NCPD).

Havendo oposição de recurso de apelação, dê-se vistas à parte adversa para contrarrazões e, em seguida, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.



Recife, data da autenticação eletrônica.

**Juiz(a) de Direito em exercício cumulativo**

---

[1] “EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - INÉPCIA DA INICIAL - INOCORRÊNCIA - ADEQUAÇÃO DA PEÇA INICIAL COM AS NORMAS INTRODUZIDAS PELA MP 451/2008 - QUESTÃO DE MÉRITO - JUNTADA DE LAUDO DO IML - OBRIGATORIEDADE INEXISTENTE. (...) **IV - A necessidade de laudo do IML é adstrita ao procedimento administrativo, pois, para fins processuais, vários são os meios de prova à disposição das partes.**V - Sentença cassada. (...) A necessidade de laudo do IML é, em meu entendimento, adstrito ao procedimento administrativo, pois, para fins processuais, vários são os meios de prova colocados à disposição das partes e sua análise constitui o mérito da causa. É de ser ressaltado que o apelante juntou o B.O. comprovando o acidente, relatórios médicos comprovando as lesões e a invalidez parcial permanente, bem como documentos de lavra da ré, que demonstram pagamento pela via administrativa. Com efeito, incabível a extinção do processo sem a resolução de mérito, sob o fundamento de falta de prova”. (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 18ª Câmara Cível, Ap. Cível nº 1.0433.09.290244-7/001(1), Rel. Mota e Silva, j. 22/06/2010) (grifei)





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juíza de Direito do Seção B da 17ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 47758201, conforme segue transcrito abaixo:

*" Dessa forma, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para condenar a demandada ao pagamento do seguro DPVAT no valor de R\$2.362,50 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), devidamente atualizado pela tabela do ENCOGE, desde a data da interposição da demanda e acrescida de juros de 1% ao mês, estes contados desde a data da efetivação citação, ocasião em que se constituiu em mora a seguradora ré, nos exatos termos do art. 405 do Código Civil vigente. NESSE SENTIDO, TEM-SE POR EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a teor do art. 487, inciso I, do Diploma Processual Civil em vigor. Tendo em vista que a parte autora decaiu na parte mínima do pedido, arcará a ré com o pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 85, §2º NCPC). Havendo oposição de recurso de apelação, dê-se vistas à parte adversa para contrarrazões e, em seguida, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça de Pernambuco. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se."*

RECIFE, 17 de julho de 2019.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**



PETIÇÃO EM ANEXO.





EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 17ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE -  
PE

**Processo n.º 0012115.55.2019.8.17.2001 – Seção B**

**SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, devidamente qualificada nos autos desta AÇÃO DE COBRANÇA, vem, por seu advogado, perante Vossa Excelência, em atendimento ao despacho de fls., **requerer a juntada da Guia de Depósito Judicial**, assim como da planilha de cálculo que possibilitará a este MM. Juízo e à parte autora verificarem que a obrigação se encontra perfeitamente cumprida.

Desse modo, que seja reconhecido o cumprimento integral da imposição judicial, determinando a intimação do demandante para o levantamento dos valores, bem como a extinção dos autos, nos termos do artigo 526, § 3º do CPC.

No ensejo, informa e esclarece não haver oposição à expedição do Alvará Judicial para levantamento do valor objeto da condenação, tudo em atendimento ao Provimento de nº 68, de 3 de maio de 2018, do Conselho Nacional de Justiça.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Recife/PE, 23 de agosto de 2019.

**MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS**  
**OAB/PE 29.559**

2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**

Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone (85) 3262-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**

Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**

Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**

Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**

Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007



**SISJUR 2579108**

**CÁLCULO CONDENAÇÃO**

CONDENAÇÃO – R\$ 2.362,50

CORREÇÃO MONETÁRIA – ENCOGE – AJUIZAMENTO – 13/02/2019

JUROS – 1% - CITAÇÃO – 13/03/2019

HONORÁRIOS – 20% (condenação)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 2.362,50
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Janeiro/2019 a Julho/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	13/3/2019 a 22/8/2019
Honorários (%)	20 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	181 dias	1,024526
Percentual correspondente	181 dias	2,452640 %
Valor corrigido para 1/7/2019	(=)	R\$ 2.420,44
Juros(162 dias-5,00000%)	(+)	R\$ 121,02
Sub Total	(=)	R\$ 2.541,46
Honorários (20%)	(+)	R\$ 508,29
Valor total	(=)	<b>R\$ 3.049,75</b>

**TOTAL DEVIDO – R\$ 3.049,75**

\*Data da correção monetária retroagida um mês tendo em vista que não temos índice cadastrado para o mês final.



## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

1ª via: Documento de caixa

Para obtenção de ID Depósito acesse:

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**Agência / Operação /  
Conta**

2717 / 040 / 01748858-6

**ID Depósito**

040271700561908059

**Tribunal / UF**

TJ PERNAMBUCO /PE

**Município**

RECIFE

**Vara**

17A VARA CIVEL - SECAO B

**Ação de Natureza**

(2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária

**Ação Tributária**

( ) 1 - Estadual 2 - Municipal

**Processo**

0012115.55.2019.8.17.2001

**Tipo de Ação/processo**

COBRANCA

**Nome do Autor**

MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

**CPF/CNPJ**

225.193.604-10

**Nome do Réu**

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

**CPF/CNPJ**

09.248.608/0001-04

**Nome do Depositante**

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

**CPF/CNPJ**

09.248.608/0001-04

**Número da Guia**

2579108

**Data de Emissão**

05/08/2019

**Depósito em**

( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque

**Valor do Depósito**

R\$ 3.049,75

**Autenticação mecânica do depósito**

CEF2717001191221082019908211606 3.049,75COM



## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

2ª Vara - Tribunal de Justiça	Para obtenção de ID Depósito acesse: <a href="http://www.caixa.gov.br">www.caixa.gov.br</a>		Agência / Operação / Conta 2717 / 040 / 01748858-6	ID Depósito 040271700561908059
			Tribunal / UF TJ PERNAMBUCO /PE	Município RECIFE
	Vara 17A VARA CIVEL - SECAO B	Ação de Natureza (2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária		Ação Tributária ( ) 1 - Estadual 2 - Municipal
	Processo 0012115.55.2019.8.17.2001	Tipo de Ação/processo COBRANCA		
	Nome do Autor MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA		CPF/CNPJ 225.193.604-10	
Nome do Réu SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04		
Nome do Depositante SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A		CPF/CNPJ 09.248.608/0001-04		
Número da Guia 2579108	Data de Emissão 05/08/2019	Depósito em ( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque	Valor do Depósito R\$ 3.049,75	
Autenticação mecânica do depósito CEF2717001191221082019908211606 3.049,75COM				



## RECEBIMENTO EM QUALQUER AGÊNCIA DA CAIXA

(INSTRUÇÕES: Menu CONTA / DEPÓSITO / ID-JUDICIAL COMUM)



## Guia para Depósito Justiça Estadual

Guia - Depositante

Para obtenção de ID Depósito acesse:

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)
**Agência / Operação / Conta**

2717 / 040 / 01748858-6

**ID Depósito**

040271700561908059

**Tribunal / UF**

TJ PERNAMBUCO /PE

**Município**

RECIFE

**Vara**

17A VARA CIVEL - SECAO B

**Ação de Natureza**

(2 ) 1 - Tributária 2 - Não Tributária

**Ação Tributária**

( ) 1 - Estadual 2 - Municipal

**Processo**

0012115.55.2019.8.17.2001

**Tipo de Ação/processo**

COBRANCA

**Nome do Autor**

MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

**CPF/CNPJ**

225.193.604-10

**Nome do Réu**

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

**CPF/CNPJ**

09.248.608/0001-04

**Nome do Depositante**

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

**CPF/CNPJ**

09.248.608/0001-04

**Número da Guia**

2579108

**Data de Emissão**

05/08/2019

**Depósito em**

( ) 1 - Dinheiro 2 - Cheque

**Valor do Depósito**

R\$ 3.049,75

**Autenticação mecânica do depósito**

CEF2717001191221082019908211606 3.049,75COM



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 17ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE (SEÇÃO B).**

**Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001**

**MARIA LÚCIA SOUZA DE SIQUEIRA**, já qualificada nos autos da **Ação de Cobrança do Seguro Dpvat** que promove contra as empresas **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT E OUTRA**, por seu advogado "*in fine*" assinado, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer as expedições dos alvarás cabíveis ao Demandante e ao seu Patrono, a título de honorários sucumbenciais, nos valores de R\$ 2.541,46 (dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos) e R\$ 508,29 (quinhentos e oito reais e vinte e nove centavos), respectivamente, consoante memorial de cálculos em anexo que nos fora repassado pela Demandada, assim como o posterior arquivamento dos autos, em face do cumprimento integral da obrigação.

Nestes termos  
Pede e aguarda Deferimento!  
Recife(PE), 06 de setembro de 2019.

---

Paulo Antônio Coelho Castor  
OAB/PE nº 20.832





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 17ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0012115-55.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**DESPACHO**

Considerando o cumprimento voluntário da sentença (ID 49825346) aliado à anuência da Autora (ID 50403946), faço as seguintes deliberações:

1. Expeçam-se alvarás em favor da Autora e de seu patrono, conforme requerido em petição de ID 50403946.
2. Intime-se a Ré para comprovar o recolhimento das custas processuais, tendo em vista sua condenação em sentença, no prazo de 05 (cinco) dias.
3. Tudo feito e considerando o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa.

Recife, data da assinatura eletrônica

**Juiz(a) de Direito em exercício cumulativo**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 17ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 51687575, conforme segue transcrito abaixo:

*"Considerando o cumprimento voluntário da sentença (ID 49825346) aliado à anuência da Autora (ID 50403946), faço as seguintes deliberações: Expeçam-se alvarás em favor da Autora e de seu patrono, conforme requerido em petição de ID 50403946. Intime-se a Ré para comprovar o recolhimento das custas processuais, tendo em vista sua condenação em sentença, no prazo de 05 (cinco) dias. Tudo feito e considerando o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa. "*

RECIFE, 2 de outubro de 2019.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001  
AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da Seção B da 17ª Vara Cível da Capital **AUTORIZA**, por meio do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo(a)(s) beneficiário(a)(s), do(s) valor(es) autorizado(s), como descrito abaixo:

**BENEFICIÁRIO (001): MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA - CPF: 225.193.604-10 (AUTOR)**  
**VALOR AUTORIZADO: R\$ 2.541,46 (dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.**  
**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AG. 2717 - OP. 040 - CONTA JUDICIAL 01748858-6**

**BENEFICIÁRIO (002): PAULO ANTONIO COELHO CASTOR - OAB PE20832**  
**VALOR AUTORIZADO: R\$ 508,29 (quinhentos e oito reais e vinte e nove centavos), com juros e correção monetária porventura existentes.**  
**DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AG. 2717 - OP. 040 - CONTA JUDICIAL 01748858-6**

Tudo conforme **DESPACHO** de ID **51687575** dos autos do Processo Judicial Eletrônico - PJe, acima epigrafado:  
"Expeçam-se alvarás em favor da Autora e de seu patrono, conforme requerido em petição de ID 50403946."

**OBSERVAÇÃO: Este alvará deverá ser levantado junto à CAIXA - agência 1294 - Teatro Marrocos/PE, localizada na Praça da República, 233 - Bairro Santo Antônio - Recife - PE. Horário de atendimento: 10h às 16h.**

Eu, ANDRE GONCALVES LOBATO, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé.

RECIFE, 2 de outubro de 2019.

**CARMEN MAGALHÃES DE ANDRADE PEDROSA**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**(assinado eletronicamente)**

**VALDEREYS FERRAZ TORRES DE OLIVEIRA**  
**Juiz(a) de Direito**  
**(assinado eletronicamente)**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT, ARUANA SEGUROS S.A.

**ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ**

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo a parte autora para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 51767145, encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Instituição Financeira indicada no documento, apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 4 de outubro de 2019.

ANDRE GONCALVES LOBATO

Diretoria Cível do 1º Grau



PETIÇÃO EM ANEXO.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE RECIFE - PE**

**Processo n.º 0012115-55.2019.8.17.2001 – Seção - B**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem, por seus advogados, informar que já promoveu o recolhimento das custas processuais finais, razão pela qual, uma vez cumpridas todas as formalidades legais, requer seja procedida a imediata baixa e arquivamento do feito, como de direito.

Nestes Termos,  
Pede deferimento

Recife/ PE, 12 de Novembro de 2019

**MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS  
OAB/PE 29.559**

2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007

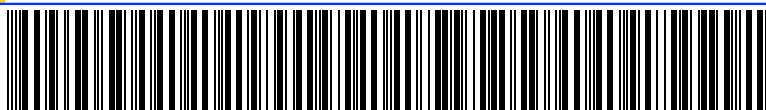


<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9	2579108	00190.00009 03106.434008 00474.301173 1 81200000016052	
Local Pagamento				Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento				31/12/2019	
Cedente				Agência / Código do Cedente	
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife				3234 / 354800	
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número
01/11/2019	474301	DS	N	01/11/2019	31064340000474301
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
	17	R\$			R\$ 160,52
Instruções				(-) Desconto / Abatimento	
- Sr. caixa, não receber após o vencimento.					
- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.					
Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 609,95				(-) Outras Deduções	
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total		
1	Em todos os processos cíveis	R\$ 154,13	R\$ 154,13		
1	Taxa Judiciária 1%	R\$ 6,39	R\$ 6,39		
				(+ Juros / Multa	
				(-) Outros Acréscimos	
				(-) Valor Cobrado	
				R\$ 160,52	
Total				R\$ 160,52	
Tarifa Banco				R\$ 0,00	
Sacado					
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT / CNPJ 09248608000104					
Sacador / Avalista					

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9		00190.00009 03106.434008 00474.301173 1 81200000016052	
Local Pagamento				Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento				31/12/2019	
Cedente				Agência / Código do Cedente	
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife				3234 / 354800	
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número
01/11/2019	474301	DS	N	01/11/2019	31064340000474301
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
	17	R\$			R\$ 160,52
Instruções				(-) Desconto / Abatimento	
- Sr. caixa, não receber após o vencimento.					
- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.					
Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 609,95				(-) Outras Deduções	
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total		
1	Em todos os processos cíveis	R\$ 154,13	R\$ 154,13		
1	Taxa Judiciária 1%	R\$ 6,39	R\$ 6,39		
				(+ Juros / Multa	
				(-) Outros Acréscimos	
				(-) Valor Cobrado	
				R\$ 160,52	
Total				R\$ 160,52	
Tarifa Banco				R\$ 0,00	
Sacado					
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT / CNPJ 09248608000104					
Sacador / Avalista					

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9		00190.00009 03106.434008 00474.301173 1 81200000016052	
Local Pagamento				Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento				31/12/2019	
Cedente				Agência / Código do Cedente	
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife				3234 / 354800	
Data do Documento	Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número
01/11/2019	474301	DS	N	01/11/2019	31064340000474301
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
	17	R\$			R\$ 160,52
Instruções				(-) Desconto / Abatimento	
- Sr. caixa, não receber após o vencimento.					
- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.					
Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 609,95				(-) Outras Deduções	
Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor Total		
1	Em todos os processos cíveis	R\$ 154,13	R\$ 154,13		
1	Taxa Judiciária 1%	R\$ 6,39	R\$ 6,39		
				(+ Juros / Multa	
				(-) Outros Acréscimos	
				(-) Valor Cobrado	
				R\$ 160,52	
Total				R\$ 160,52	
Tarifa Banco				R\$ 0,00	
Sacado					
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT / CNPJ 09248608000104					
Sacador / Avalista					

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 13/11/2019 10:11:14  
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911131011146170000053040220  
Número do documento: 1911131011146170000053040220

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		07/11/2019	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO		
07/11/2019	2579108	00121155520198172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	160,52	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA		FÍSICA	22519360410	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
A879F6B3D351A613				
CÓDIGO DE BARRAS				
00190.00009 03106.434008 00474.301173 1 81200000016052				





Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, diante da divergência entre os valores relativos às custas processuais constantes na sentença ID. 47758201 e aquele declarado pela ré na guia de ID. 53903887 - e constante no Sicajud (tela abaixo) - , faço os autos conclusos à magistrada. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 20 de janeiro de 2020.

**TACIANA MARTINS AMORIM BARBOSA BARROS**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

SICAJUD - Sistema de Controle da Arrecadação das Custas Judiciais

Área Administrativa

Guia de Custas Consultas Ajuda

[Página Inicial](#) » [Guias Pagas por Processo](#) »

**Número do Processo(NPU): 0012115-55.2019.8.17.2001**

Guias Pagas

Guia	Tipo de Receita	Classe CNJ	Valor Declarado	Data de Pagamento	Valor Pago
0000474301	Intermediária	7 - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	R\$ 609,95	07/11/2019	R\$ 160,52

Total Pago: R\$ 160,52

Voltar

Sistemas Web | Tribunal de Justiça de Pernambuco | [www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br) | Versão 1.11.0-M93834





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**Seção B da 17ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:( )

Processo nº **0012115-55.2019.8.17.2001**

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**DESPACHO**

R.H.

Considerando que o teor da certidão de Id.: 56633856, determino a intimação da parte ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, complemente o valor das custas processuais alusivas à presente ação, nos moldes da sentença de Id.: 47758201, sob pena de que se oficie a Fazenda Pública Estadual, informando acerca do não pagamento integral.

Intime-se.

Recife, data da autenticação eletrônica.

**Juiz(a) de Direito em exercício cumulativo**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 17ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 57610510, conforme segue transcrito abaixo:

*"Considerando que o teor da certidão de Id.: 56633856, determino a intimação da parte ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, complemente o valor das custas processuais alusivas à presente ação, nos moldes da sentença de Id.: 47758201, sob pena de que se oficie a Fazenda Pública Estadual, informando acerca do não pagamento integral."*

RECIFE, 10 de fevereiro de 2020.

**ANDRE GONCALVES LOBATO**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**JUNTADA**

Por haver pedido em nosso atendimento, junto aos autos cálculos e guia de custas para pagamento.

<!--br {mso-data-placement:same-cell;}>

# CUSTAS COMPLEMENTARES DEVIDAS

Pje nº 0012115-  
55.2019.8.17.2001

Valores corrigidos  
monetariamente pela  
Tabela ENCOGE - Não  
Expurgada para a Justiça  
Estadual - Tabela Encoge  
para pagamento em  
05/2020

| DEVEDOR/CPF/CNPJ   |
|--|
| SEGURADORA LIDER DO<br>CONSORCIO DO SEGURO<br>DPVAT SA - CNPJ:<br>09.248.608/0001-04 |

| DADOS PARA O<br>CÁLCULO |                 |
|-------------------------|-----------------|
| VALOR DA<br>CAUSA       | R\$<br>7.087,50 |



|  |              |
|--|--------------|
| <b>MÊS DA DISTRIBUIÇÃO</b>                   | Fevereiro    |
| <b>ANO DA DISTRIBUIÇÃO</b>                   | 2019         |
| <b>FATOR ENCOGE</b>                          | 1,04429250   |
| <b>VALOR DA CAUSA ATUALIZADO</b>             | R\$ 7.401,42 |
| <b>MÊS DO PAGAMENTO DAS CUSTAS</b>           | Novembro     |
| <b>ANO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS</b>           | 2019         |
| <b>FATOR DE CORREÇÃO ENCOGE CUSTAS PAGAS</b> | 1,02081790   |
| <b>CUSTAS PAGAS PELA PARTE</b>               | R\$ 160,52   |
| <b>Custas</b>                                | R\$ 154,13   |
| <b>Taxa Judiciária</b>                       | R\$ 6,39     |
| <b>VALOR DAS CUSTAS PAGAS ATUALIZADAS</b>    | R\$ 163,86   |
| <b>Custas</b>                                | R\$ 157,34   |
| <b>Taxa Judiciária</b>                       | R\$ 6,52     |

| <b>CÁLCULO DAS CUSTAS E TAXAS JUDICIÁRIAS</b>               |  |
|---|--|
| <b>CUSTAS</b>   |  |
| Valor da causa atualizado até R\$1000,00, custas = RS159,18 |  |
| Acima de R\$1000,00, custas =                               |  |



|  |                   |
|--|-------------------|
| R\$159,18+0,8%<br>do valor da<br>causa<br>atualizado.<br>Valor limite R\$<br>31.870,82 |                   |
| <b>TAXAS</b>   |                   |
| 1% do valor da<br>causa<br>atualizado.<br>Valor limite R\$<br>31.870,82                | R\$ 74,01         |
| <b>VALOR DO<br/>CÁLCULO<br/>DAS CUSTAS</b>   | <b>R\$ 292,41</b> |

|   |                   |
|---|-------------------|
| <b>TOTAL DAS<br/>CUSTAS<br/>DEVIDAS</b> | <b>R\$ 128,54</b> |
| <b>Custas</b>                           | <b>R\$ 61,05</b>  |
| <b>Taxa<br/>Judiciária</b>              | <b>R\$ 67,49</b>  |

|              |
|--------------|
| Observações: |
|--------------|

RECIFE, 26 de maio de 2020.  
DANIELLE CHRISTINE NOBRE DE ALMEIDA  
Diretoria Cível do 1º Grau

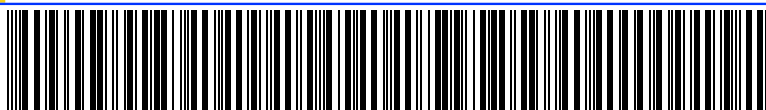


|  |                              |                 |  |            |                             |                        |
|--|------------------------------|-----------------|--|------------|-----------------------------|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9           | 00190.00009 03106.434008 00558.169173 6 84860000012854 |            |                             |                        |
| Local Pagamento  |                              |                 |  |            | Vencimento                  |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |                 |  |            | 31/12/2020                  |                        |
| Cedente  |                              |                 |  |            | Agência / Código do Cedente |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |                 |  |            | 3234 / 354800               |                        |
| Data do Documento  |                              | Nº do documento | Espécie DOC  | Aceite     | Data Process.               | Nosso Número           |
| 26/05/2020   |                              | 558169          | DS   | N          | 26/05/2020                  | 31064340000558169      |
| Uso do Banco   |                              | Carteira        | Espécie  | Quantidade | xValor                      | (=) Valor do Documento |
|  |                              | 17              | R\$  |            |                             | R\$ 128,54             |
| Instruções   |                              |                 |  |            | (-) Desconto / Abatimento   |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |                 |  |            |                             |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 7.401,42                                |                              |                 |  |            | (-) Outras Deduções         |                        |
| Qtd  | Descrição                    |                 | Valor Unit.  |            | Valor Total                 |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis |                 | R\$ 61,05  |            | R\$ 61,05                   | (+) Juros / Multa      |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           |                 | R\$ 67,49  |            | R\$ 67,49                   |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Outros Acréscimos       |                        |
|  |                              |                 |  |            | (=) Valor Cobrado           |                        |
|  |                              |                 |  |            | R\$ 128,54                  |                        |
| Total  |                              |                 |  |            | R\$ 128,54                  |                        |
| Tarifa Banco   |                              |                 |  |            | R\$ 0,00                    |                        |
| Sacado   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |                 |  |            |                             |                        |

|  |                              |                 |  |            |                             |                        |
|--|------------------------------|-----------------|--|------------|-----------------------------|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9           | 00190.00009 03106.434008 00558.169173 6 84860000012854 |            |                             |                        |
| Local Pagamento  |                              |                 |  |            | Vencimento                  |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |                 |  |            | 31/12/2020                  |                        |
| Cedente  |                              |                 |  |            | Agência / Código do Cedente |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |                 |  |            | 3234 / 354800               |                        |
| Data do Documento  |                              | Nº do documento | Espécie DOC  | Aceite     | Data Process.               | Nosso Número           |
| 26/05/2020   |                              | 558169          | DS   | N          | 26/05/2020                  | 31064340000558169      |
| Uso do Banco   |                              | Carteira        | Espécie  | Quantidade | xValor                      | (=) Valor do Documento |
|  |                              | 17              | R\$  |            |                             | R\$ 128,54             |
| Instruções   |                              |                 |  |            | (-) Desconto / Abatimento   |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |                 |  |            |                             |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 7.401,42                                |                              |                 |  |            | (-) Outras Deduções         |                        |
| Qtd  | Descrição                    |                 | Valor Unit.  |            | Valor Total                 |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis |                 | R\$ 61,05  |            | R\$ 61,05                   | (+) Juros / Multa      |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           |                 | R\$ 67,49  |            | R\$ 67,49                   |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Outros Acréscimos       |                        |
|  |                              |                 |  |            | (=) Valor Cobrado           |                        |
|  |                              |                 |  |            | R\$ 128,54                  |                        |
| Total  |                              |                 |  |            | R\$ 128,54                  |                        |
| Tarifa Banco   |                              |                 |  |            | R\$ 0,00                    |                        |
| Sacado   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |                 |  |            |                             |                        |

|  |                              |                 |  |            |                             |                        |
|--|------------------------------|-----------------|--|------------|-----------------------------|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9           | 00190.00009 03106.434008 00558.169173 6 84860000012854 |            |                             |                        |
| Local Pagamento  |                              |                 |  |            | Vencimento                  |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |                 |  |            | 31/12/2020                  |                        |
| Cedente  |                              |                 |  |            | Agência / Código do Cedente |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |                 |  |            | 3234 / 354800               |                        |
| Data do Documento  |                              | Nº do documento | Espécie DOC  | Aceite     | Data Process.               | Nosso Número           |
| 26/05/2020   |                              | 558169          | DS   | N          | 26/05/2020                  | 31064340000558169      |
| Uso do Banco   |                              | Carteira        | Espécie  | Quantidade | xValor                      | (=) Valor do Documento |
|  |                              | 17              | R\$  |            |                             | R\$ 128,54             |
| Instruções   |                              |                 |  |            | (-) Desconto / Abatimento   |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |                 |  |            |                             |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 7.401,42                                |                              |                 |  |            | (-) Outras Deduções         |                        |
| Qtd  | Descrição                    |                 | Valor Unit.  |            | Valor Total                 |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis |                 | R\$ 61,05  |            | R\$ 61,05                   | (+) Juros / Multa      |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           |                 | R\$ 67,49  |            | R\$ 67,49                   |                        |
|  |                              |                 |  |            | (-) Outros Acréscimos       |                        |
|  |                              |                 |  |            | (=) Valor Cobrado           |                        |
|  |                              |                 |  |            | R\$ 128,54                  |                        |
| Total  |                              |                 |  |            | R\$ 128,54                  |                        |
| Tarifa Banco   |                              |                 |  |            | R\$ 0,00                    |                        |
| Sacado   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |                 |  |            |                             |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |                 |  |            |                             |                        |

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: DANIELLE CHRISTINE NOBRE DE ALMEIDA - 26/05/2020 12:47:54  
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052612475479200000061375390  
Número do documento: 20052612475479200000061375390



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012115-55.2019.8.17.2001

AUTOR: MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, ARUANA SEGUROS S.A.

**ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo a parte **ré** da disponibilização, nos autos, da guia de custas para pagamento.

RECIFE, 26 de maio de 2020.

**DANIELLE CHRISTINE NOBRE DE ALMEIDA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



PETIÇÃO EM ANEXO.





**7EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE RECIFE-PE**

**PROCESSO Nº 0012115-55.2019.8.17.2001- SEÇÃO:B**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem, por seus advogados, informar que já promoveu o recolhimento das custas processuais finais, razão pela qual, uma vez cumpridas todas as formalidades legais, requer seja procedida a imediata baixa e arquivamento do feito, como de direito.

Nestes Termos,  
Pede deferimento

Recife/ PE, 08 de Junho de 2020

**MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS  
OAB/PE 29.559**

2579108

[aldairtoncarvalho.com.br](http://aldairtoncarvalho.com.br)

**FORTALEZA-CE**  
Rua José Alencar Ramos, 385  
Luciano Cavalcante  
CEP 60813-565  
Fone: 362-3497

**RIO DE JANEIRO - RJ**  
Rua São José, 90  
Salas 601/602/603 - Centro  
CEP 20010-901  
Fone: (21) 3037-7704

**SÃO LUÍS - MA**  
Rua Azulões, 01 - Sala 1007  
Jardim Renascença  
CEP 65075-060  
Fone (98) 3304-0528

**RECIFE - PE**  
Rua Francisco Alves, 105  
Salas 301/302 - Ilha do Leite  
CEP 50070-490  
Fone (81) 3039-8955

**SALVADOR - BA**  
Alameda Salvador, 1057  
Sala 410 - Caminho das Árvores  
CEP 41820-790  
Fone (71) 3052-5007

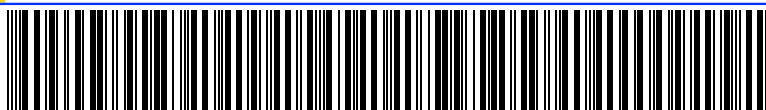


|  |                              |             |             |  |                        |
|--|------------------------------|-------------|-------------|--|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9       | 2579108     | 00190.00009 03106.434008 00558.169173 6 84860000012854 |                        |
| Local Pagamento  |                              |             |             | Vencimento   |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |             |             | 31/12/2020   |                        |
| Cedente  |                              |             |             | Agência / Código do Cedente                            |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |             |             | 3234 / 354800  |                        |
| Data do Documento  | Nº do documento              | Espécie DOC | Aceite      | Data Process.  | Nosso Número           |
| 26/05/2020   | 558169                       | DS          | N           | 26/05/2020   | 31064340000558169      |
| Uso do Banco   | Carteira                     | Espécie     | Quantidade  | xValor   | (=) Valor do Documento |
|  | 17                           | R\$         |             |  | R\$ 128,54             |
| Instruções   |                              |             |             | (-) Desconto / Abatimento                              |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |             |             |  |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |             |             |  |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 7.401,42                                |                              |             |             | (-) Outras Deduções                                    |                        |
| Qtd  | Descrição                    | Valor Unit. | Valor Total |  |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis | R\$ 61,05   | R\$ 61,05   |  |                        |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           | R\$ 67,49   | R\$ 67,49   |  |                        |
|  |                              |             |             | (+ Juros / Multa                                       |                        |
|  |                              |             |             | (-) Outros Acréscimos                                  |                        |
|  |                              |             |             | (-) Valor Cobrado                                      |                        |
|  |                              |             |             | R\$ 128,54   |                        |
| Total  |                              |             |             | R\$ 128,54   |                        |
| Tarifa Banco   |                              |             |             | R\$ 0,00   |                        |
| Sacado   |                              |             |             |  |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |             |             |  |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |             |             |  |                        |

|  |                              |             |             |  |                        |
|--|------------------------------|-------------|-------------|--|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9       |             | 00190.00009 03106.434008 00558.169173 6 84860000012854 |                        |
| Local Pagamento  |                              |             |             | Vencimento   |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |             |             | 31/12/2020   |                        |
| Cedente  |                              |             |             | Agência / Código do Cedente                            |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |             |             | 3234 / 354800  |                        |
| Data do Documento  | Nº do documento              | Espécie DOC | Aceite      | Data Process.  | Nosso Número           |
| 26/05/2020   | 558169                       | DS          | N           | 26/05/2020   | 31064340000558169      |
| Uso do Banco   | Carteira                     | Espécie     | Quantidade  | xValor   | (=) Valor do Documento |
|  | 17                           | R\$         |             |  | R\$ 128,54             |
| Instruções   |                              |             |             | (-) Desconto / Abatimento                              |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |             |             |  |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |             |             |  |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 7.401,42                                |                              |             |             | (-) Outras Deduções                                    |                        |
| Qtd  | Descrição                    | Valor Unit. | Valor Total |  |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis | R\$ 61,05   | R\$ 61,05   |  |                        |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           | R\$ 67,49   | R\$ 67,49   |  |                        |
|  |                              |             |             | (+ Juros / Multa                                       |                        |
|  |                              |             |             | (-) Outros Acréscimos                                  |                        |
|  |                              |             |             | (-) Valor Cobrado                                      |                        |
|  |                              |             |             | R\$ 128,54   |                        |
| Total  |                              |             |             | R\$ 128,54   |                        |
| Tarifa Banco   |                              |             |             | R\$ 0,00   |                        |
| Sacado   |                              |             |             |  |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |             |             |  |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |             |             |  |                        |

|  |                              |             |             |  |                        |
|--|------------------------------|-------------|-------------|--|------------------------|
| <b>BANCO DO BRASIL</b>   |                              | 001-9       |             | 00190.00009 03106.434008 00558.169173 6 84860000012854 |                        |
| Local Pagamento  |                              |             |             | Vencimento   |                        |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento   |                              |             |             | 31/12/2020   |                        |
| Cedente  |                              |             |             | Agência / Código do Cedente                            |                        |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife  |                              |             |             | 3234 / 354800  |                        |
| Data do Documento  | Nº do documento              | Espécie DOC | Aceite      | Data Process.  | Nosso Número           |
| 26/05/2020   | 558169                       | DS          | N           | 26/05/2020   | 31064340000558169      |
| Uso do Banco   | Carteira                     | Espécie     | Quantidade  | xValor   | (=) Valor do Documento |
|  | 17                           | R\$         |             |  | R\$ 128,54             |
| Instruções   |                              |             |             | (-) Desconto / Abatimento                              |                        |
| - Sr. caixa, não receber após o vencimento.  |                              |             |             |  |                        |
| - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. |                              |             |             |  |                        |
| Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00121155520198172001 Valor Declarado: R\$ 7.401,42                                |                              |             |             | (-) Outras Deduções                                    |                        |
| Qtd  | Descrição                    | Valor Unit. | Valor Total |  |                        |
| 1  | Em todos os processos cíveis | R\$ 61,05   | R\$ 61,05   |  |                        |
| 1  | Taxa Judiciária 1%           | R\$ 67,49   | R\$ 67,49   |  |                        |
|  |                              |             |             | (+ Juros / Multa                                       |                        |
|  |                              |             |             | (-) Outros Acréscimos                                  |                        |
|  |                              |             |             | (-) Valor Cobrado                                      |                        |
|  |                              |             |             | R\$ 128,54   |                        |
| Total  |                              |             |             | R\$ 128,54   |                        |
| Tarifa Banco   |                              |             |             | R\$ 0,00   |                        |
| Sacado   |                              |             |             |  |                        |
| SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA / CNPJ 09248608000104   |                              |             |             |  |                        |
| Sacador / Avalista   |                              |             |             |  |                        |

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS - 08/06/2020 12:39:58  
https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060812395799500000061997100  
Número do documento: 20060812395799500000061997100

|  |                          |  |                                   |                             |
|--|--------------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------|
|  |                          |  | Nº DA CONTA JUDICIAL<br>0         |                             |
| Nº DA PARCELA  |                          | DATA DO DEPÓSITO<br>04/06/2020         | AGÊNCIA (PREF / DV)<br>0          | TIPO DE JUSTIÇA<br>ESTADUAL |
| DATA DA GUIA<br>04/06/2020   | Nº DA GUIA<br>2579108    | Nº DO PROCESSO<br>00121155520198172001 |                                   |                             |
| UF/COMARCA<br>PE   | ORGÃO/VARA<br>Vara Cível | DEPOSITANTE<br>RÉU                     | VALOR DO DEPÓSITO (R\$)<br>128,54 |                             |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO<br>SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A |                          | TIPO DE PESSOA<br>Jurídica             | CPF / CNPJ<br>09248608000104      |                             |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE<br>MARIA LUCIA SOUZA DE SIQUEIRA                  |                          | TIPO DE PESSOA<br>FÍSICA               | CPF / CNPJ<br>22519360410         |                             |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA<br>C090099385611C00                                  |                          |  |                                   |                             |
| CÓDIGO DE BARRAS<br>00190.00009 03106.434008 00558.169173 6 84860000012854   |                          |  |                                   |                             |

